

Soares Penido Concessões S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2012 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Aos Acionistas

Cumprindo as disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração acompanhado das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Soares Penido Concessões S.A. (“SP Concessões” ou “Companhia”), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes.

2. Contexto operacional

A Soares Penido Concessões S.A. tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, conservação, melhoramento, ampliação e recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins.

A SP Concessões é uma empresa nascida do empreendedorismo do Sr. Pelerson Soares Penido. A visão de futuro com a qual ele era dotado levou-o a participar da licitação para a concessão da Rodovia Presidente Dutra em 1996. Nascia então um ramo de negócio extremamente promissor. Atualmente a Companhia possui participações de 11,93% diretamente na CCR S.A e 23,28% COR e 22,82% do COPER.

A CCR S.A. é uma holding cujo objeto social a permite atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária, aeroportuária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participação em outras sociedades.

A CCR atualmente detém, direta e/ou indiretamente, 100% do capital social das seguintes empresas: Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (AutoBAN), Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra), Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte), Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (ViaLagos), Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - Viaoeste S.A. (ViaOeste), Rodovias Integradas do Oeste S.A. (SPVias), Companhia de Participações em Concessões (CPC), Actua Assessoria S.A., Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.I. de C.V. (CCR México), Inovap 5 - Administração e Participações Ltda. (Inovap 5); SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (Samm) e CPCSP - Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPCSP), da CCR Espanha - Concesiones y Participaciones, S.L., (CCR Espanha) e da MTH - Houdster En Maritien Transport B.V. (MTH).

Detém ainda, diretamente ou indiretamente, 98,5714% da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (RodoAnel Oeste), 85,92% da RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A (RodoNorte) e da Parques Serviços Ltda. (Parques), 58% da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro), 33,33% da Concessionária Transolímpica S.A. (Transolímpica), 38,25% da STP Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP), 40% da Renovias Concessionária S.A. (Renovias), 45% da Controlar S.A. (Controlar) e 80% da Barcas S.A. - Transportes Marítimos (Barcas). No setor aeroportuário, detém, indiretamente, aproximadamente 45,49% da Corporación Quiport S.A. (Quiport), operadora do Aeroporto Internacional do Quito, no Equador, 48,75% da Aeris Holding Costa Rica S.A. (Aeris), operadora do Aeroporto Internacional de San José, na Costa Rica e 40,80% da Curaçao Airports Partners N.V. (CAP), operadora do Aeroporto Internacional de Curaçao.

Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a CCR pretende concorrer em novas concessões, por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas (PPP) dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar por novas oportunidades no mercado internacional, assim como concessões metroviárias, urbanas e aeroportuárias.

3. Mercado de atuação da controlada em conjunto - CCR S.A.

A partir de 1994, os Governos Federal e Estaduais estabeleceram programas de concessões, entre eles, o programa de concessão de rodovias, cujo modelo possibilita a obtenção de recursos por meio da cobrança de pedágio para a recuperação e desenvolvimento da malha rodoviária brasileira. Grande parte dos recursos destinados à modernização e ampliação das rodovias é oriunda de empréstimos de longo prazo, concedidos pelos sistemas financeiros nacional e estrangeiro, bem como investimentos diretos do setor privado.

Restrições orçamentárias dos Governos Federal e Estaduais continuam a indicar a existência de oportunidades de crescimento para a Companhia por meio de novas licitações.

No final de 2004, foi aprovada no Congresso Nacional, a regulamentação das Parcerias Público- Privadas (PPP), que pode significar a expansão do nosso mercado de atuação.

O Brasil conta com aproximadamente 1.765.278 km de rodovias, sendo 211.680 km pavimentados, e 15.458,32 km atualmente operados pela iniciativa privada.

Em outubro de 2007, o Governo Federal licitou sete rodovias com uma extensão total de aproximadamente 2.600 km. O leilão foi promovido pelo Ministério dos Transportes e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com critério de julgamento de menor valor de tarifa de pedágio. Em março de 2008, o Governo do Estado de São Paulo licitou o trecho oeste do Rodoanel Mário Covas, mediante concessão onerosa, para interligação entre os corredores de acesso à metrópole de São Paulo - SP-348; SP-330; SP-280; SP-270 e BR-116. O RodoAnel Oeste, concessionária controlada pela CCR, passou a explorar esse trecho em junho 2008.

Em outubro de 2008, o Governo do Estado de São Paulo licitou cinco rodovias com uma extensão total de aproximadamente 1.800 km. O leilão foi promovido pela Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), e o critério de julgamento foi o menor valor da tarifa de pedágio.

Em abril de 2010, o Governo do Estado da Bahia promoveu, por meio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia e do Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia, licitação visando à outorga de concessão de serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de sistema rodoviário, composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, na região metropolitana de Salvador. O critério de julgamento desta licitação foi o menor valor da tarifa de pedágio ofertada.

Em novembro de 2010, o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Transportes e da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), realizou licitação visando: (i) a outorga de concessão onerosa do Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas e (ii) a construção e posterior exploração do Trecho Leste do aludido Rodoanel. O critério de julgamento da licitação foi o menor valor da tarifa de pedágio ofertada.

Em abril de 2011, o Governo do Estado de Pernambuco, por meio da empresa SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, promoveu a licitação referente à concessão onerosa para exploração de trechos, vias e acessos rodoviários ao Porto de SUAPE, pelo critério de menor tarifa ofertada.

Em 30 de setembro de 2011, o Governo Federal publicou no Diário Oficial da União, a minuta dos editais dos três aeroportos internacionais a serem concedidos à iniciativa privada (Brasília, Guarulhos e Viracopos). Os três aeroportos, leiloados em fevereiro de 2012, operam atualmente 30% dos passageiros, 57% das cargas e 19% das aeronaves do tráfego aéreo brasileiro.

Também em setembro de 2011, a Prefeitura do Rio de Janeiro publicou edital para a concessão da Transolímpica como parte do pacote de investimentos para a Olimpíada de 2016. A licitação teve como objeto a concessão de uma via expressa, numa extensão de 13 km, na cidade do Rio de Janeiro, por um prazo de 35 anos, incluindo a sua implantação, conservação, manutenção e operação. A Transolímpica será uma pista expressa ligando o bairro de Deodoro à Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro que, além de ser uma importante via de ligação entre a zona norte e a zona oeste, tem também como finalidade, unir dois Pólos Olímpicos, um em Deodoro e outro na Barra da Tijuca. Esta via expressa é constituída por três pistas por sentido, sendo que a pista central (ambos sentidos) será destinada ao BRT - “Bus Rapid Transit”, meio de transporte de massa que a Prefeitura do Rio de Janeiro está implantando e que deverá ser objeto de licitação específica.

Em 18 de janeiro de 2012, o Governo Federal realizou o leilão da rodovia BR-101, que liga o Espírito Santo ao Rio de Janeiro, como parte da terceira etapa do programa de concessões de rodovias federais. Este projeto de concessão consiste na recuperação, conservação, manutenção, operação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR-101/Espírito Santo/Bahia, no trecho entre o entroncamento com a BA-698, no acesso ao município de Mucuri (Bahia) e a divisa dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (excluindo a ponte), no início do trecho explorado pela Concessionária Autopista Fluminense S.A., com uma extensão de 475,9 km.

4. Resultado financeiro

Controladora

No ano de 2012, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$57.853 mil, comparado a um resultado financeiro líquido negativo de R\$70.769 mil em 2011. Esse resultado deveu-se principalmente, à redução dos juros sobre debêntures, resultado da queda da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) no período.

Consolidado

No ano de 2012, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$138.158 mil, comparado a um resultado financeiro líquido negativo de R\$179.644 mil em 2011. Esse resultado deveu-se, principalmente, à redução dos juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, resultado da queda da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) no período.

Lucro líquido

Controladora

Em 2012, o Lucro Líquido foi de R\$113.998 mil, em 2011 R\$47.733 mil, apresentando um aumento de 138,8% em relação a 2011. Esse aumento deveu-se principalmente ao fato de termos 12 meses de operação do Coper em 2012, quando em 2011 tivemos apenas quatro meses.

Consolidado

Em 2012, o Lucro Líquido foi de R\$117.160 mil, em 2010 R\$50.312 mil, apresentando um aumento 132,87% em relação a 2011. Esse aumento deveu-se principalmente do melhor desempenho operacional e financeiro e operações do Coper.

Dívida

Controladora

Em 2012, a dívida bruta diminuiu em 23,02% em relação ao ano de 2011 (R\$469.857 mil) e para (R\$361.714 mil) em 2012.

Consolidado

Em 2012, a dívida bruta da cresceu 2,76% em relação ao ano de 2011, o crescimento da dívida deveu-se principalmente à aquisição das participações indiretas dos Aeroportos Internacionais de Quito, San Jose e Curaçao entre maio e outubro de 2012, além da incorporação da incorporação da dívida desses ativos, da Barcas e emissões da Samm.

5. Destaque do ano 2012

Atos Societários da Controladora

Em 30 de abril de 2012, o Estatuto Social da Companhia foi consolidado com as seguintes alterações principais:-

- Aumento do Capital Social em R\$109.234.000,00 mediante a capitalização do valor integral constante da conta sob a rubrica de “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital”, com emissão de 53.026.213 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$2,06, em consequência o Capital Social da Companhia foi alterado de R\$198.736.854,34 para R\$307.970.854,34, representado por 268.373.457 ações nominativas e sem valor nominal.

- Falecimento do Diretor Presidente da Companhia Sr. Pelerson Soares Penido e nomeação da Sra. Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna para ocupar o cargo até 2015, com poderes isolados para representar a Companhia inclusive em atos societários relacionados à sociedade controlada CCR S.A.

Atos societários da Controlada.

AGE de 16/01/2012:

- Complementação do objeto social da Companhia relativamente à exploração de infraestrutura aeroportuária.
- -Aquisição da totalidade das participações acionárias do Grupo Andrade Gutierrez nos projetos relacionados aos Aeroportos Internacionais de Quito, no Equador e San Jose na Costa Rica, e do Grupo Camargo Correa, no projeto relacionado ao Aeroporto Internacional de Curaçao.

Em 26/04/2012 - Assinatura contrato de concessão da outorga dos serviços de implantação, operação, manutenção e monitoração, conservação e realização de melhorias da Ligação Transolímpica, juntamente com as empresas Invepar e Odebrecht Transport Participações S.A.

Em 02/07/2012 - Conclusão financeira da aquisição pela controlada CPC de 80% do capital social da BARCAS.

6. Agradecimentos

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da SP Concessões.

São Paulo, 28 de março de 2013

A Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Soares Penido Concessões S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Soares Penido Concessões S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Soares Penido Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Soares Penido Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais, no caso da Soares Penido Concessões S.A. diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, que, para fins de IFRSs, seriam avaliados ao custo ou valor justo, e à opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é considerada informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial consolidado em 1º de janeiro de 2011 apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 29 de fevereiro de 2012 e 11 de março de 2011, respectivamente, sem ressalvas.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, revisamos também as reclassificações descritas na nota explicativa nº 4, que foram efetuadas para tornar os balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2011, comparáveis com o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e sobre o balanço patrimonial consolidado em 1º de janeiro de 2011, tomados em conjunto.

As demonstrações do valor adicionado, controladora e consolidado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes.

São Paulo, 28 de março de 2013

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carneiro
José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 109447/O-6

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado (Reapresentado)			PASSIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado (Reapresentado)		
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	01/01/11			31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	1º/01/2011
CIRCULANTE							CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	8	14.422	11	119.120	91.157	138.879	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	18	-	-	58.794	15.385	49.244
Aplicações financeiras	9	-	22.060	-	22.060	4.334	Debêntures e notas promissórias	19	5.122	14.491	246.974	223.715	181.334
Conta reserva		-	-	1.165	-	-	Contas a pagar com operações de derivativos		-	-	39	26	6.432
Contas a receber	10	-	-	60.760	55.307	41.530	Fornecedores		-	8	45.621	42.140	38.616
Mútuos - partes relacionadas	14	-	-	-	3.126	1.124	Impostos e contribuições a recolher	20	-	-	34.614	17.102	16.658
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	-	73	73	670	Impostos e contribuições parcelados	20	-	-	6.034	5.588	5.205
Impostos a recuperar	11	3.635	2.140	12.339	7.295	13.699	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	18.555	12.921	10.648
Pagamentos antecipados relacionados à concessão		-	-	9.799	9.888	9.737	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	14	-	-	6.817	6.149	12.219
Contas a receber com operações de derivativos		-	-	5.780	2.446	82	Mútuos - partes relacionadas	14	-	-	3.682	2.591	749
Despesas antecipadas e outras		-	-	8.904	5.478	5.032	Plano de incentivo - partes relacionadas	14	-	-	1.787	804	1.084
Total do ativo circulante		18.057	24.211	217.940	196.830	215.087	Dividendos e juros sobre o capital próprio	23	95.726	11.336	95.757	11.351	-
NÃO CIRCULANTE							Provisão de manutenção	22	-	-	17.648	26.586	33.357
Realizável a longo prazo							Obrigações com o poder concedente		-	-	5.771	3.631	16.869
Conta reserva		-	-	80	76	186	Outras contas a pagar		-	-	22.057	20.639	10.200
Contas a receber	10	-	-	2.354	-	-	Total do passivo circulante		100.848	25.835	564.150	388.628	382.615
Mútuos - partes relacionadas	14	288	288	17.797	534	404	NÃO CIRCULANTE						
Impostos a recuperar	11	-	-	16.190	17.878	10.695	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	18	-	-	110.228	115.526	165.123
Impostos diferidos	12	-	-	52.602	37.543	20.203	Debêntures e notas promissórias	19	356.592	455.366	918.670	944.224	890.166
Participações em Consórcio		5.317	5.604	-	-	-	Contas a pagar com operações de derivativos		-	-	191	120	6.879
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	13	-	-	306.429	300.166	291.100	Impostos e contribuições a recolher	20	-	-	4.414	-	-
Contas a receber com operações de derivativos		-	-	1.580	1.802	1.419	Impostos e contribuições parcelados	20	-	-	53.803	55.211	52.814
Despesas antecipadas e outras		-	-	4.379	2.948	2.406	Impostos diferidos	12	-	-	26.082	20.058	19.825
Total do realizável a longo prazo		5.605	5.892	401.411	360.947	326.413	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	14	-	-	3.068	-	-
Investimentos	15	974.103	963.067	-	-	-	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	21	57	-	7.662	2.844	2.657
Imobilizado	16	-	-	66.925	51.434	46.244	Provisão de manutenção	22	-	-	24.985	24.272	32.526
Intangível	17	9.227	10.358	1.630.303	1.473.014	1.461.483	Provisão para passivo a descoberto	15	57	161	-	-	-
Total do ativo não circulante		988.935	979.317	2.098.639	1.885.395	1.834.140	Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	57.315	-	57.315	57.315
							Obrigações com o poder concedente		-	-	819	3.480	4.589
							Adiantamento para aumento de capital		-	-	229	229	226
							Mútuos - partes relacionadas	14	13.111	13.111	19.159	5.421	4.356
							Plano de incentivo - partes relacionadas	14	-	-	1.531	1.325	1.032
							Outras contas a pagar		-	-	44.956	18.211	18.788
							Total do passivo não circulante		369.817	525.953	1.215.797	1.248.236	1.256.296
							PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
							Capital social	23	307.971	198.737	307.971	198.737	198.638
							Adiantamento para futuro aumento de capital	23	-	109.234	-	109.234	109.234
							Ajuste de avaliação patrimonial		357	(43)	357	(43)	(28)
							Reservas de lucros		230.735	143.812	224.662	136.377	98.746
							Agio em transação de capital		(2.736)	-	(2.736)	-	-
							Patrimônio líquido dos controladores		536.327	451.740	530.254	444.305	406.590
							Participações de acionistas não controladores		-	-	6.378	1.056	3.726
							Total		536.327	451.740	536.632	445.361	410.316
TOTAL DO ATIVO		1.006.992	1.003.528	2.316.579	2.082.225	2.049.227	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.006.992	1.003.528	2.316.579	2.082.225	2.049.227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	63.675	20.896	753.154	628.480
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(28.694)	(8.387)	(330.927)	(263.446)
LUCRO BRUTO		34.981	12.509	422.227	365.034
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas		(671)	(1.952)	(90.029)	(60.062)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONAL		139.212	114.870	-	-
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - LÍQUIDAS		(1.671)	(6.705)	(1.190)	(18.242)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		171.851	118.722	331.008	286.730
DESPESAS FINANCIERAS	25	(61.062)	(72.244)	(173.106)	(222.735)
RECEITAS FINANCEIRAS	25	3.209	1.475	34.948	43.091
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		113.998	47.953	192.850	107.086
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	12	-	(220)	(79.897)	(73.554)
Diferidos	12	-	-	4.207	16.780
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		113.998	47.733	117.160	50.312
ATRIBUÍVEL A					
Acionistas controladores		113.998	47.733	115.360	48.967
Acionistas não controladores				1.800	1.345
Lucro líquido por ação - básico (em reais - R\$)		0,42	0,22	0,19	0,54
Lucro líquido por ação - diluído (em reais - R\$)		0,44	0,22	0,20	0,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais - r\$)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	113.998	47.733	117.160	50.312
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas no exterior	<u>400</u>	<u>(15)</u>	<u>400</u>	<u>(15)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>114.398</u>	<u>47.718</u>	<u>117.560</u>	<u>50.297</u>
ATRIBUÍVEL A				
Acionistas controladores	114.398	47.718	115.760	48.952
Acionistas não controladores	-	-	1.800	1.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Adiantamento para futuro aumento capital	Ágio em transação de capital	Reserva de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
					Legal	Retenção de lucros			
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2011		198.638	109.234	-	12.923	94.492	(28)	-	415.259
Aumento de capital conforme AGE de 30 de junho de 2011		99	-	-	-	-	-	-	99
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	(15)	-	(15)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	47.733	47.733
Destinações:									
Reserva legal		-	-	-	2.387	-	-	(2.387)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(11.336)	(11.336)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	34.010	-	(34.010)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		198.737	109.234	-	15.310	128.502	(43)	-	451.740
Aumento de capital conforme AGE de 30 de abril de 2012	23	109.234	(109.234)	-	-	-	-	-	-
Aumento de participação na controlada RodoAnel Oeste		-	-	(2.736)	-	-	-	-	(2.736)
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	113.998	113.998
Resultados abrangentes-									
Ajustes acumulados de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	400	-	400
Destinações:									
Reserva legal	23	-	-	-	5.700	-	-	(5.700)	-
Dividendo obrigatórios	23	-	-	-	-	-	-	(27.075)	(27.075)
Reserva de retenção de lucros	23	-	-	-	-	81.223	-	(81.223)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		<u>307.971</u>	<u>-</u>	<u>(2.736)</u>	<u>21.010</u>	<u>209.725</u>	<u>357</u>	<u>-</u>	<u>536.327</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Adiantament para futuro aumento capital	Ágio em transação de capital	Reserva de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio Líquido consolidado
					Legal	Retenção de lucros					
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2011		198.638	109.234	-	12.923	85.823	(28)	-	406.590	3.726	410.316
Aumento de capital conforme AGE de 30 de junho de 2011		99	-	-	-	-	-	-	99	-	99
Distribuição de dividendos a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(4.015)	(4.015)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	48.967	48.967	1.345	50.312
Resultados abrangentes:											
Ajustes acumulados de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	(15)	-	(15)	-	(15)
Destinações:											
Reserva legal		-	-	-	2.387	-	-	(2.387)	-	-	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(11.336)	(11.336)	-	(11.336)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	35.244	-	(35.244)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		198.737	109.234	-	15.310	121.067	(43)	-	444.305	1.056	445.361
Aumento de capital conforme AGE de 30 de abril de 2012	23	109.234	(109.234)	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(2.844)	(2.844)
Acréscimo decorrente de aquisição e aumento de participação		-	-	-	-	-	-	-	-	3.630	3.630
Aumento de participação na controlada RodoAnel Oeste		-	-	(2.736)	-	-	-	-	(2.736)	2.736	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	115.360	115.360	1.800	117.160
Resultados abrangentes:											
Ajustes acumulados de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	400	-	400	-	400
Destinações:											
Reserva legal	23	-	-	-	5.700	-	-	(5.700)	-	-	-
Dividendo obrigatórios	23	-	-	-	-	-	-	(27.075)	(27.075)	-	(27.075)
Reserva de retenção de lucros	23	-	-	-	-	82.585	-	(82.585)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		307.971	-	(2.736)	21.010	203.652	357	-	530.254	6.378	536.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	113.998	47.953	117.160	107.086
Ajustes por:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(4.207)	-
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão	-	-	9.788	-
Depreciação e amortização	1.131	403	55.556	53.139
Baixa do ativo imobilizado e intangível	-	-	1.850	23.688
Amortização do direito da concessão gerado em aquisições	-	-	10.037	-
Variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e derivativos	-	-	5.723	3.808
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	-	-	618	-
Juros sobre debêntures, notas promissórias, empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis	48.072	68.003	124.216	174.500
Dividendos não recebidos decorrente de acordo de acionistas	-	6.816	-	-
Ganho pela incorporação da Aguilha	-	(587)	-	(587)
Variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	-	-	2.584	-
Capitalização de custo de empréstimos	-	-	(5.436)	-
Resultado de operações com derivativos e "fair value option"	-	-	(2.412)	-
Constituição da provisão de manutenção	-	-	18.142	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	-	5.807	-
Constituição e reversão de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	56	-	(144)	(181)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.150	-
Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas	-	-	66	-
Juros sobre impostos parcelados	-	-	4.140	-
Variação cambial sobre imobilizado e intangível	-	-	(377)	-
Equivalência patrimonial	(139.212)	(114.870)	-	-
	(89.953)	(40.235)	227.101	254.367
Variações nos ativos e passivos:				
(Aumento) redução dos ativos				
Contas a receber	-	-	(3.825)	(6.620)
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	33.400	(6.504)
Impostos a recuperar	(1.495)	(536)	(3.403)	(2.116)
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	-	-	(15.962)	(4.861)
Participação em consórcios	-	709	287	-
Despesas antecipadas e outras	287	-	(1.920)	-
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	-	8	1.583	2.294
Fornecedores - partes relacionadas	(8)	-	(33.071)	1.377
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	4.773	1.638
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	-	(5)	92.540	2.937
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-	(220)	(81.115)	(74.818)
Realização da provisão de manutenção	-	-	(32.174)	(15.900)
Obrigações com o poder concedente	-	-	1.611	(14.444)
Outras	-	-	(576)	(10.289)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	22.829	7.674	306.409	234.147
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamento pela aquisição de investimentos, líquido do caixa adquirido	-	-	(45.911)	-
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(25.746)	(15.671)
Adições ao ativo intangível	-	-	(63.855)	(72.622)
Aumento de capital em investidas e outros movimentos de investimentos	-	-	(2.410)	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	6.366	-
Baixa de adiantamentos	-	-	(349)	-
Resgate de aplicação financeira	22.060	-	22.060	-
Recebimento de dividendos	128.472	100.802	-	-
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	150.532	100.802	(109.845)	(88.293)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Resgates/Aplicações (conta reserva)	-	(14.045)	(1.169)	(14.045)
Liquidação de operações com derivativos	-	-	(906)	-
Mútuos com partes relacionadas:				
Captações	-	29	802	(4.316)
Recebimentos/Pagamentos	-	-	(180)	-
Cisão de caixa e equivalente de caixa	-	-	-	1.894
Empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamentos mercantis:				
Captações	-	-	431.940	385.975
Pagamentos de principal	(100.001)	(28.754)	(451.306)	(406.118)
Pagamentos de juros	(58.949)	(66.984)	(147.782)	(160.025)
Custo de captação	-	1.227	-	3.059
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(158.950)	(108.527)	(168.601)	(193.576)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14.411	(51)	27.963	(47.722)
DEMONSTRAÇÃO DA REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	11	62	91.157	138.879
No final do exercício	14.422	11	119.120	91.157
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14.411	(51)	27.963	(47.722)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011 (Não auditada)	2012	2011 (Não auditada)
RECEITAS				
Receitas de pedágio	-	-	603.758	552.655
Receitas de construção	-	-	68.129	66.426
Outras receitas	68.781	22.508	145.214	72.430
Provisão para devedores duvidosos	-	-	(2.876)	(918)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo de construção	-	-	(68.129)	(66.426)
Provisão de manutenção	-	-	(18.142)	(16.594)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	(76.504)	(74.624)
	(16.565)	(12.549)	(63.503)	(34.751)
VALOR ADICIONADO BRUTO	52.216	9.959	587.947	498.198
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(1.131)	(403)	(65.593)	(52.292)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA COMPANHIA	51.085	9.556	522.354	445.906
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	139.212	114.870	-	-
Receitas financeiras	3.209	1.475	34.936	43.300
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	193.506	125.901	557.290	489.206
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados:				
Remuneração direta	6.817	2.023	52.936	42.038
Benefícios	4.075	1.255	14.073	9.726
FGTS	460	112	2.913	2.140
Outras	-	-	792	693
Tributos:				
Federais	7.083	2.516	118.552	88.315
Estaduais	-	-	137	109
Municipais	-	-	33.148	30.381
Remuneração de terceiros:				
Juros	60.999	72.244	171.335	221.966
Alugueis	74	18	3.091	2.365
Outorga	-	-	43.153	41.161
Remuneração de capital próprio:				
Dividendos	27.075	11.336	27.075	11.336
Lucros retidos do exercício	86.923	36.397	90.085	38.976
	193.506	125.901	557.290	489.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Soares Penido Concessões S.A. (“SP Concessões” ou “Companhia”) tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, conservação, melhoramento, ampliação e recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins.

A SP Concessões tem controle conjunto nas seguintes entidades: CCR S.A (“CCR”), com participação direta de 11,93%; Consórcio de Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER, com 22,82% e na Companhia Operadora de Rodovias - COR, com 23,28%.

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades.

Atualmente a CCR é responsável por 2.438,28 km de rodovias da malha concedida nacional, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, sendo que, em 2.347,70 km, é responsável pela administração e, em 90,58 km, pela conservação e manutenção. As rodovias estão sob a gestão das concessionárias CCR Ponte, CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBAn, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel Oeste, CCR SPVias e Renovias e Transolímpica.

Além da atuação em concessões rodoviárias, a CCR busca investimentos em outros negócios correlatos. Exemplo disso são as participações, diretas ou indiretas, na ViaQuatro (Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo), na Controlar (Inspeção Veicular do Município de São Paulo), na STP (Serviços de Pagamento Automático de Pedágios e de Estacionamentos Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre), na SAMM (Atividades em Multimídia), na Barcas (transporte aquaviário de passageiros) e na Quiport, Aeris e CAP (operadores dos Aeroportos Internacionais de Quito, San Jose e Curaçao, respectivamente).

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

- Combinações de negócios

A Companhia e sua controlada em conjunto CCR mensuram o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na Companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos identificáveis assumidos, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do período. No caso de aquisições de controle em negócios relacionados às atividades de concessão com prazos definidos, os ágios ou valores residuais são geralmente alocados ao direito de exploração da concessão e amortizados com base na expectativa de benefícios econômicos de cada negócio adquirido. Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia e sua controlada incorrem com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, a Companhia e sua controlada efetuam o registro com base em valores provisórios, os quais são ajustados durante o período de mensuração, e ativos e passivos adicionais identificados por novas informações obtidas, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

- Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle ou controle em conjunto se inicia até a data em que ele deixa de existir.

Controladas em conjunto são as empresas que a Companhia controla, direta ou indiretamente, em conjunto com outros investidores, por meio de acordo contratual.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações financeiras de controladas são consolidadas de forma integral com destaque da participação de não controladores e as informações financeiras de controladas em conjunto são consolidadas na proporção de participação.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

- Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a seguir relacionadas:

	Percentual de participação	
	2012	2011
Controladas em conjunto diretas		
CCR S.A	11,93	11,93
Companhia Operadora de Rodovias	23,28	23,28
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	22,82	22,82
Controladas e controladas em conjunto indiretas - Via CCR S.A		
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	11,93	11,93
Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A.	11,93	11,93
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A	11,93	11,93
Concessionária da Rodovia Ponte Rio-Niterói S.A.	11,93	11,93
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	10,25	10,25
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.	11,93	11,93
Companhia de Participações em Concessões	11,93	11,93
Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.	11,76	11,33
Parques Serviços Ltda	10,25	10,25
Actua Assessoria S.A.	11,93	11,93
SAMM - Sociedade de Atividade em Multimídia Ltda.	11,93	11,93
CPCSP - Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos	11,93	11,93
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L. de C.V.	11,93	11,93
CCR - USA, LLC	11,93	11,93
Controladas em conjunto		
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	6,92	6,92
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A.	4,56	4,56
Transolímpica	3,98	-

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas investidas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

b) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais

posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos na demonstração de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente.

As demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e às internacionais e posteriormente convertidas para a moeda funcional local, pela taxa de câmbio da data do fechamento.

- Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

c) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

d) Receitas de serviços

As receitas de pedágio, metroviárias, aeroportuárias e de transporte aquaviário são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias, ponte, metrô, aeroporto e barcas;

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a deliberação CVM 576/09, correlacionada ao CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados; e

As demais receitas são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

e) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos e passivos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

- Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações foram reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

g) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

h) Ativo imobilizado - consolidado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

i) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios.

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

O ágio resultante na aquisição de controladas está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e são incluídos nos ativos intangíveis deduzidos, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ativos intangíveis possuem vida útil indefinida e têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “t”.

j) Ativos arrendados - Consolidado

- Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 24.a).

- Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

O bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo.

k) Redução ao valor recuperável de ativos

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, esta recuperação é registrada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o novo valor recuperável do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

m) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

n) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

o) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

p) Pagamentos baseados em ações

Os efeitos de pagamentos baseados em ações são calculados pelo valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado, à medida que as condições contratuais sejam atendidas.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

r) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

s) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12.(a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 32) ao Poder Concedente, sob o entendimento dos contratos de concessão de suas investidas serem contratos executórios. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

t) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

u) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com outros componentes do Grupo CCR. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento, avaliação de seu desempenho e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

v) Gastos pré-operacionais - Investidas

A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, conseqüentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculado ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção.

Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09. Entretanto, para fins das demonstrações consolidadas, estes saldos e suas respectivas amortizações estão sendo eliminados conforme descrito no item “a” desta nota explicativa.

w) Demonstração do valor adicionado

Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA) da controladora e do consolidado nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

x) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB” e “International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC”, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras, exceto quanto à aplicação das normas IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IFRS 11 - Acordos Conjuntos.

A adoção da norma IFRS 10, a qual possui a nova definição de controle e as diretrizes adicionais de controle e, a adoção da norma IFRS 11 resultarão em alterações na contabilização do investimento mantido pelo Grupo nas “joint ventures” atualmente registrado pelo método de consolidação proporcional, de acordo com a norma IAS 31 - “Interest in Joint Ventures”.

De acordo com a norma IFRS 11, as empresas controladas em conjunto serão classificadas como *joint ventures* e serão registradas pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da Companhia, no patrimônio líquido, no resultado do exercício e nos resultados abrangentes em uma única rubrica que será apresentada no balanço patrimonial consolidado, bem como na demonstração consolidada do resultado ou do resultado abrangente como “Investimentos” e Equivalência patrimonial”, respectivamente.

Caso as normas IFRS 10 e IFRS 11 tivessem sido adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras, estima-se que o total do ativo seria de R\$1.006.992 em 31 de dezembro de 2012, a receita líquida de 2012 seria R\$63.675 e o resultado líquido do exercício e o patrimônio líquido não seriam afetados.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(c)
IFRS 7 e IFRS 9 – Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(c)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	(a)
IFRS 11 - Acordos de participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “joint ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros	(a)
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	(a)
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados	(a)
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações separadas	(a)
IAS 28 (R) - Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e <i>joint ventures</i>	(a)
IAS 32 – Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(b)

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013;
- (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e
- (c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos e interpretações não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações na IFRS 1 - Primeira adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	(b)
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	(a)
IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	(b)
IFRIC 14 - Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação das demonstrações financeiras.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação dos itens de outros resultados abrangentes.	(d)
IAS 24 - Modificações na IAS 24	Introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada.	(c)

- (a) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010;
- (b) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010;
- (c) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011; e
- (d) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2012.

Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM:

- CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto (equivalente a IFRS 11).
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (equivalente a IAS 19 revisada).
- CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas (equivalente à IFRS 10).
- CPC 45 - Divulgação de participações em outras entidades (equivalente à IFRS 12).
- CPC 46 - Mensuração do valor justo (equivalente ao IFRS 13).

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

3. AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

A CCR adquiriu em 2012, por meio da controlada CPC, o controle da Barcas e o controle compartilhado nas “joint ventures”. Aeroporto Internacional de Quito, Aeroporto Internacional de San Jose e Aeroporto Internacional de Curaçao.

A seguir, está demonstrada a participação da Companhia nos tipos de contraprestações transferidas e nos valores justos iniciais reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição das operações acima descritas:

Direito de concessão gerado nas aquisições de negócios e “joint ventures”

	Aeroporto Internacional de Quito (1)	Aeroporto Internacional de San Jose (2)	Barcas (3)	Aeroporto Internacional de Curaçao (2)
Contraprestação transferida				
Caixa	34.033	12.135	9.739	7.035
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos				
Caixa e equivalentes de caixa	11.554	3.911	120	624
Contas a receber de clientes	155	733	1.694	666
Contas a receber - partes relacionadas	360	10.512	86	15
Estoques	-	-	191	-
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	4.708	-
Despesas antecipadas e outros	661	127	1.779	1
Imobilizado	182	931	1.474	-
Intangível	81.842	17.608	16.726	10.083
Empréstimos e financiamentos	(38.564)	(11.815)	(10.143)	(2.846)
Fornecedores e outras contas a pagar	(1.065)	(392)	(4.587)	(1.139)
Fornecedores - partes relacionadas	(1.564)	(9.507)	(24)	(230)
Obrigações fiscais e trabalhistas	-	(1.040)	(2.601)	(813)
Receitas diferidas	(26.204)	(24)	-	-
Total de ativos líquidos identificáveis	<u>27.357</u>	<u>11.044</u>	<u>9.423</u>	<u>6.361</u>

A alocação do preço de compra está demonstrada abaixo:

	Aeroporto Internacional de Quito (1)	Aeroporto Internacional de San Jose (2)	Barcas (3)	Aeroporto Internacional de Curaçao (2)
Valor total da contraprestação transferida	34.033	12.135	9.739	7.035
Menos valor total líquido de ativos identificados	<u>(27.357)</u>	<u>(11.045)</u>	<u>(9.421)</u>	<u>(6.361)</u>
Direito de concessão gerado na aquisição	<u>6.676</u>	<u>1.091</u>	<u>318</u>	<u>674</u>

(1) O ágio pago, cuja essência é o valor justo do direito de explorar a concessão, será amortizado durante o prazo da concessão, a partir do início da operação do NQIA.

(2) O ágio, cuja essência é o valor justo do direito de explorar a concessão, está sendo amortizado durante o prazo da concessão.

(3) Os valores dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos estão considerados a 80%.

Considerando que as informações anteriores se referem à estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final.

4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB” e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP)
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP, sendo que essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (“joint ventures”) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Entre as demonstrações consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, há diferença no patrimônio líquido e no resultado do exercício, em decorrência da manutenção nas demonstrações financeiras individuais, das controladas e controladas em conjunto, de saldos de ativo diferido oriundo de despesas pré-operacionais de suas controladas e controladas em conjunto, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, enquanto que nas demonstrações financeiras consolidadas não é permitida a manutenção de tal saldo, conforme item 5 do Pronunciamento Técnico CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41. Os montantes das divergências geradas pelas diferenças de práticas contábeis estão demonstrados abaixo:

Ajustes no patrimônio líquido

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Patrimônio líquido da controladora	536.327	451.740
Baixa do ativo diferido	(6.073)	(7.435)
Patrimônio líquido consolidado	<u>530.254</u>	<u>444.305</u>

Ajustes no resultado do exercício

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado do exercício da controladora	113.998	47.733
Reversão da amortização do ativo diferido	1.362	1.234
Resultado do exercício consolidado (atribuível aos acionistas controladores)	<u>115.360</u>	<u>48.967</u>

Reclassificações

Para fins de melhor apresentação e comparabilidade das demonstrações financeiras, efetuamos reclassificações dos valores de impostos diferidos no balanço consolidado de 2011, para demonstrá-los pelo valor líquido de cada entidade, para alinhamento com entendimento de que os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos devem estar registrados pelo valor líquido no ativo ou passivo. Veja demonstrativo a seguir.

	Consolidado					
	31/12/2011			1º/01/2011		
	Emitido anteriormente	Reclassificações	Reapresentado	Emitido anteriormente	Reclassificações	Reapresentado
Ativo						
Circulante	196.830	-	196.830	215.087	-	215.087
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Impostos diferidos	104.896	(67.353)	37.543	79.071	(58.868)	20.203
Outros	323.404	-	323.404	306.210	-	306.210
Total do realizável a longo prazo	428.300	(67.353)	360.947	385.281	(58.868)	326.413
Imobilizado	51.434	-	51.434	46.244	-	46.244
Intangível	1.473.014	-	1.473.014	1.461.483	-	1.461.483
Total do ativo não circulante	1.952.748	(67.353)	1.885.395	1.893.008	(58.868)	1.834.140
Total do ativo	2.149.578	(67.353)	2.082.225	2.108.095	(58.868)	2.049.227
Passivo						
Circulante	388.628	-	388.628	382.615	-	382.615
Não circulante						
Impostos diferidos	87.411	(67.353)	20.058	78.693	(58.868)	19.825
Outros	1.228.178	-	1.228.178	1.236.471	-	1.236.471
Total do passivo não circulante	1.315.589	(67.353)	1.248.236	1.315.164	(58.868)	1.256.296
Patrimônio líquido						
Patrimônio líquido dos controladores	444.305	-	444.305	406.590	-	406.590
Participações de acionistas não controladores	1.056	-	1.056	3.726	-	3.726
Total do patrimônio líquido	445.361	-	445.361	410.316	-	410.316
Total do passivo e patrimônio líquido	2.149.578	(67.353)	2.082.225	2.108.095	(58.868)	2.049.227

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Passivos para pagamentos com base em ações, liquidados em dinheiro, mensurados ao valor justo.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC e as normas IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível (ICPC01 (R1)/IFRIC 12)
- 10 Provisão para devedores duvidosos
- 12.b) Impostos diferidos
- 16 Depreciação do ativo imobilizado
- 17 Amortização dos ativos intangíveis
- 21 Provisão para riscos - consolidado
- 22 Provisão de manutenção
- 26 Instrumentos financeiros

5. DETERMINAÇÃO DOS VALORES JUSTOS

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBOVESPA e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de moeda, de taxa de juros e opções de compra de Libor, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de “swap” de juros e/ou de moeda

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBOVESPA e Bloomberg) adicionadas de cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos, sendo a curva ativa, a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

Opções de compra de Libor com teto (“cap”)

O valor justo das opções de compra é calculado utilizando o modelo de Black para precificação de opções de taxas de juros.

- Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo das opções de pagamentos baseados em ações (incentivos de longo prazo) é mensurado utilizando-se da fórmula Black-Scholes-Merton. Os “inputs” de mensuração incluem o valor da Unidade Virtual de Valor - UVV na data de mensuração, o valor de exercício do instrumento, a volatilidade esperada, a média ponderada dos prazos estimados destes instrumentos, dividendos esperados, taxa livre de risco, expectativa de postergação de resgate de cada tranche e expectativa de cancelamentos.

6. SEGMENTOS OPERACIONAIS

As informações por segmentos são apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento e em relação aos negócios da Companhia e suas investidas que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em cinco segmentos operacionais principais: Concessões rodoviárias, metroviária, de transporte aquaviário e aeroportuárias e serviços/holding.

Nos segmentos operacionais, estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões rodoviárias: AutoBAn, ViaOeste, NovaDutra, RodoNorte, SPVias, Ponte, ViaLagos, RodoAnel Oeste, Transolímpica e Renovias e o Coper.
- Concessão metroviária: ViaQuatro.
- Concessão de transporte aquaviário: Barcas.
- Concessões Aeroportuárias: Quiport, Aeris e CAP, e todas as empresas relacionadas a estas concessões.
- Serviços/holdings: a Companhia, a investida CCR e suas sub-holdings CPC e CCR España e os demais negócios não alocados aos segmentos anteriormente dispostos.

A Companhia possui substancialmente operações no Brasil, exceto participações em seus aeroportos recém-adquiridas com suas respectivas holdings, sendo que a carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

A seguir, estão apresentadas as informações por segmento:

	Concessões rodoviárias	Concessão metroviária	Serviços/ Holdings	Concessões Aeroportuárias	Concessão de Transporte Aquaviário	Totais	Eliminações (*)	Consolidado
Informações relativas a 31 de dezembro de 2012								
Receitas brutas	744.530	20.451	31.702	12.646	8.847	818.177	-	818.177
Receitas brutas entre segmentos	662	5	29.550	-	-	30.217	(29.303)	914
Receitas financeiras	21.532	7.454	19.971	1.202	179	50.337	(15.389)	34.948
Despesas financeiras	(166.237)	(11.700)	(8.491)	(1.213)	(854)	(188.495)	15.389	(173.106)
Depreciação e amortização	(54.403)	(2.218)	(7.977)	(1.624)	(982)	(67.204)	1.611	(65.593)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	116.872	2.206	144.356	(1.287)	(2.085)	260.061	(142.901)	117.160
Imposto de renda e contribuição social	(70.634)	(1.282)	(4.214)	(318)	758	(75.690)	-	(75.690)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	145.499	(1.140)	(68)	144.291	(144.291)	-
Ativos dos segmentos divulgáveis	1.923.605	61.161	693.012	216.775	33.138	2.927.690	(611.111)	2.316.579
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	-	-	434.180	34.313	-	468.493	(468.493)	-
CAPEX	70.854	1.160	21.207	9.298	562	103.081	-	103.081
Passivos dos segmentos divulgáveis	1.556.451	54.645	143.627	136.042	23.505	1.914.270	(134.323)	1.779.947
Informações relativas a 31 de dezembro de 2011								
Receitas brutas	639.051	16.390	30.992	-	-	686.432	-	686.432
Receitas brutas entre segmentos	-	-	32.082	-	-	32.082	(31.068)	1.014
Receitas financeiras	19.879	7.664	30.942	-	-	58.485	(15.394)	43.091
Despesas financeiras	(197.848)	(14.251)	(26.030)	-	-	(238.129)	15.394	(222.735)
Depreciação e amortização	(46.807)	(1.116)	(6.578)	-	-	(54.501)	1.361	(53.139)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	48.422	(4.671)	109.176	-	-	152.927	(102.614)	50.312
Imposto de renda e contribuição social	(57.545)	2.367	(1.597)	-	-	(56.774)	-	(56.774)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	100.800	-	-	100.800	(100.800)	-
Ativos dos segmentos divulgáveis	1.877.152	56.171	580.536	-	-	2.513.859	(431.745)	2.082.114
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	-	-	287.941	-	-	287.941	(287.941)	-
CAPEX	63.773	8.499	6.311	-	-	78.583	-	78.583
Passivos dos segmentos divulgáveis	1.634.719	51.860	117.790	-	-	1.804.369	(167.616)	1.636.753

(*) A coluna inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

7. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de taxas de juros e inflação.
- Risco de taxa de câmbio.
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Como mitigador desse tipo de risco, busca-se realizar parte das captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as receitas.

A Companhia e suas investidas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da London Interbank Offered Rate (Libor); (2) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (3) da Cesta de Moedas (UMBNDDES) relativa a certos empréstimos em reais tomados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; (4) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (5) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI.

As tarifas das concessões da CCR, são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas e controladas em conjunto no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

As investidas brasileiras financiam parte de suas operações com empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vinculados ao dólar norte-americano (US\$) e à UMBNDDES equivalentes, em 31 de dezembro de 2012, a R\$65.900 (R\$59.904 em 31 de dezembro de 2011). Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 18.

A Quiport, a Aeris e a CAP possuem operações com empréstimos e financiamentos em dólares norte-americano, que também é sua moeda funcional.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (“covenants”) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Acima de 4 anos	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros	-	-	-	-	59.081	17.854	18.204	76.958
Debêntures e notas promissórias	5.122	-	-	359.045	247.718	152.234	141.601	628.590

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos		2.155	11	18.120
Aplicações financeiras		<u>12.267</u>	<u>-</u>	<u>101.000</u>
Total		<u>14.422</u>	<u>11</u>	<u>119.120</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 99% do CDI, equivalente a 8,8% ao ano (11,5%, em 2011).

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Representadas por aplicações em fundos de renda fixa com rendimento médio de 11,5% ao ano.

10. CONTAS A RECEBER - CONSOLIDADO

	31/12/2012	31/12/2011
<u>Circulante</u>		
Pedágio eletrônico - STP (a)	34.132	28.579
Outros	<u>32.351</u>	<u>34.075</u>
	<u>66.483</u>	<u>62.654</u>
Provisão para devedores duvidosos	<u>(5.723)</u>	<u>(7.347)</u>
Total	<u>60.760</u>	<u>55.307</u>

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>Não circulante</u>		
Poder Concedente	2.169	-
Outros	438	-
Total	2.607	-
Provisão para devedores duvidosos (b)	<u>(253)</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.354</u>	<u>-</u>

O quadro a seguir resume os saldos por data de vencimento:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Créditos a vencer	59.086	53.489
Créditos vencidos até 60 dias	3.074	1.528
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	284	289
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	628	13
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>6.018</u>	<u>7.335</u>
	<u>69.090</u>	<u>62.654</u>

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos à taxa de manutenção de “tags” e estacionamento da STP, bem como de tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias.

(b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PDD) - É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias (120 dias na investida STP). Para a Quiport, é constituída para os títulos a receber de companhias aéreas que deixaram de operar no MSIA, sendo que o valor total da PDD desta investida é de R\$735. A PDD é definida com base no histórico de perda de cada negócio da Companhia.

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
IRRF	614	971	7.156	2.755
IRPJ e CSLL	2.070	968	18.147	20.181
COFINS			1.355	1.173
CSLL	951	201	1.119	440
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>751</u>	<u>624</u>
	<u>3.635</u>	<u>2.140</u>	<u>28.528</u>	<u>25.173</u>
Circulante	3.635	2.140	12.339	7.295
Não circulante	-	-	16.190	17.878

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	113.998	47.953	192.850	107.086
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(38.759)	(16.304)	(65.569)	(36.409)
Efeitos tributários das adições e exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	47.332	-	-	-
Amortização de ágio	-	-	(1.336)	(1.234)
Receita isenta de impostos	-	16.304	-	-
Lucros de investidas auferidos no exterior	-	-	(345)	-
Outras diferenças permanentes - líquidas	-	(220)	(1.299)	381
Créditos sobre prejuízos e bases negativas não registrados	-	-	1.432	1.215
Constituição de impostos diferidos não constituídos em exercícios anteriores	-	-	-	2.025
Efeitos tributários de constituição e de compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(8.573)	-	(8.573)	(22.752)
Despesa com impotots	-	(220)	(75.690)	(56.774)
Correntes	-	(220)	(79.897)	(73.554)
Diferidos	-	-	4.207	16.780

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
Bases ativas			
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	56.764	39.472	15.680
Constituição da provisão de manutenção (d)	14.495	17.292	21.868
Depreciação de obras lançadas no custo (b)	11.835	13.476	11.807
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (c)	30.551	26.083	20.015
Outras	12.922	8.573	9.701
	<u>126.567</u>	<u>104.896</u>	<u>79.071</u>
Bases passivas			
Amortização linear do Direito da Concessão - Ágio (fiscal) versus amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (g)	(3.359)	(2.417)	(1.412)
Custo de empréstimos capitalizados (f)	(16.075)	(15.130)	(12.593)
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (e)	(72.348)	(65.376)	(60.149)
Outros	(8.266)	(4.488)	(4.539)
	<u>(100.048)</u>	<u>(87.411)</u>	<u>(78.693)</u>
Total líquido	<u>26.519</u>	<u>17.485</u>	<u>378</u>
Ativo diferido líquido	52.602	37.543	20.203
Passivo diferido líquido	(26.082)	(20.058)	(19.825)
Total líquido	<u>26.520</u>	<u>17.485</u>	<u>378</u>

A Companhia e suas investidas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social nos seguintes exercícios:

	<u>Consolidado</u>
2013	2.594
2014	3.666
2015	2.084
2016	1.611
2017 em diante	<u>46.808</u>
	<u>56.764</u>

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo inferior ao acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

- a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis - Lei nº 11.638/07.
- b) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis - Lei nº 11.638/07.
- c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “c”, conforme práticas contábeis - Lei nº 11.638/07.
- d) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias nos termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07.
- e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, no termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07.
- f) Diferença temporária entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão - ágio, nos termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07.

13. PAGAMENTOS ANTECIPADOS RELACIONADOS À CONCESSÃO - CONSOLIDADO

Não circulante	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
ViaLagos	1.185	1.147	-	-	1.185	1.147
AutoBAn	7.332	7.896	68.413	54.758	75.745	62.654
ViaOeste	3.540	3.934	9.824	7.847	13.364	11.781
RodoAnel Oeste	214.355	223.134	-	-	214.355	223.134
Renovias	94	108	1.686	1.343	1.779	1.450
	<u>226.506</u>	<u>236.219</u>	<u>79.923</u>	<u>63.947</u>	<u>306.429</u>	<u>300.166</u>

14. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos nessas datas, relativos às operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir.

Transações entre partes relacionadas - Controladora

A receita da Controladora é decorrente de serviços de operação, manutenção e conservação da Rodovia Presidente Dutra, prestado pelo Coper.

Saldos patrimoniais

	Controladora	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante
	Empréstimos	Contas a pagar
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (*)	-	13.111
CCR S.A.	<u>288</u>	<u>-</u>
Total em 31 de dezembro de 2011	<u>288</u>	<u>13.111</u>

(*) Em exercícios anteriores, o COPER pagou antecipadamente à Soares Penido Concessões S.A. o montante de R\$13.111, composto por notas promissórias, a ser compensado com a distribuição de lucros futuros.

Consolidado

	Transações					Saldos				
	Receitas de serviços prestados	Imobilizado/Intangível	Custos e despesas de pessoal	Outras receitas	Receitas (despesas) financeiras	Ativo		Passivo		
						Contas a receber	Mútuos	AFAC	Mútuos	Fornecedores, contas a pagar e ILP
Acinistas da controlada CCR	-	-	-	-	-	-	-	194	324	560
CCR e suas investidas	63.675 (a)	3.420	765	762	792	19.676 (b)	17.163 (c)	-	1	3.985
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	152	-	12	-	-	106	1.655
Outra partes relacionadas da CCR	90	-	-	152	(887)	257	634	-	22.515 (c)	5.340
Plano de incentivo de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.318 (d)
Total, 31 de dezembro de 2012	<u>63.765</u>	<u>3.420</u>	<u>765</u>	<u>914</u>	<u>(95)</u>	<u>19.934</u>	<u>17.797</u>	<u>194</u>	<u>22.841</u>	<u>9.885</u>
Curto Prazo						<u>19.934</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.862</u>	<u>8.394</u>
Longo Prazo						<u>-</u>	<u>17.797</u>	<u>194</u>	<u>18.979</u>	<u>4.599</u>
Total, 31 de dezembro de 2011	<u>30.182</u>	<u>4.973</u>	<u>12.715</u>	<u>751</u>	<u>18</u>	<u>21.461</u>	<u>3.660</u>	<u>229</u>	<u>8.299</u>	<u>6.637</u>

- (a) Receita de prestação de serviços de operação, manutenção e conservação da Rodovia Presidente Dutra.
- (b) Valores de tarifa de pedágio cobrado dos usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados para as investidas no período subsequente.
- (c) Referem-se principalmente a contratos de mútuos das investidas da CCR com não controladores ou com controladores em conjunto.
- (d) Plano de incentivo de longo prazo a pagar aos profissionais-chave da Administração da CCR.

a) Remuneração da Administração

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Benefícios de curto prazo-remuneração fixa	2.897	2.705
Plano de incentivo longo prazo	1.779	676
Provisão de participação no resultado	5.747	5.442
Outros benefícios	208	184
Total	10.631	9.007

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo a pagar aos administradores era de R\$6.084 (R\$3.346 em 2011).

15. INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO EM CONTROLADA

a) Movimentação dos saldos

	Investimento			Provisão para passivo a descoberto	Total
	CCR	Aguilha	Total	COR	
Saldos em 1º de janeiro de 2011	786.541	176.115	962.656	-	962.656
Resultado de equivalência patrimonial	80.606	34.048	114.654	216	114.870
Dividendos distribuídos por controlada	(61.692)	(39.110)	(100.802)	-	(100.802)
Ajuste de conversão	(10)	(5)	(15)	-	(15)
Dividendos não recebidos decorre de acordo de quotistas	-	(6.816)	(6.816)	-	(6.816)
Incorporação de acervo líquido cindido da SP Construções	-	-	-	(317)	(317)
Incorporação da controlada Aguilha:					
Participação nas controladas CCR S.A. e COR	152.611	(121.399)	31.212	(60)	31.152
Demais saldos patrimoniais	-	(38.324)	(38.324)	-	(38.324)
Efeito da incorporação da controlada Aguilha	5.011	(4.509)	502	-	502
Saldos em 31 de dezembro de 2011	963.067	-	963.067	(161)	962.906
Resultado de equivalência patrimonial	139.108	-	139.108	104	139.212
Dividendos distribuídos por controlada	(128.472)	-	(128.472)	-	(128.472)
Ajuste de avaliação patrimonial	400	-	400	-	400
Saldos em 31 de dezembro de 2012	974.103	-	974.103	(57)	974.046

b) Informações dos investimentos

	CCR	COR
Capital social integralizado	2.025.342	215.955
Quantidade de ações possuídas	210.663.128	50.000
Patrimônio líquido	3.359.725	(244)
Participação no capital social, no final do exercício - %	11,93%	23,28%
Participação no patrimônio líquido	400.870	(57)

As investidas da CCR estão discutindo os seguintes aspectos das seguintes concessões, junto ao Poder Concedente e ao Judiciário:

- Rodonorte - Anulação de aditivos ao contrato, processo de encampação, decreto expropriatório, reajustes tarifários de 2003 a 2010, procedimentos administrativos, e redução de tarifa.
- ViaOeste - Procedimento administrativo questionando Termo Aditivo Modificativo.
- RodoAnelOeste - Ação popular sobre a cobrança de pedágio em raio inferior a 25 km do marco zero.
- ViaQuatro - Ações Populares visando à anulação do processo de concorrência.
- Controlar - Ação Civil Pública requerendo a suspensão do contrato de concessão, Ação visando à anulação da redução unilateral da tarifa pelo poder concedente.
- AutoBAN - Ação Civil Pública visando à nulidade da concorrência e contrato de concessão e procedimento administrativo questionando Termo Aditivo Modificativo.
- SPVias - Procedimento administrativo questionando Termo Aditivo Modificativo.
- Barcas - Ação Civil Pública requerendo a rescisão do contrato de concessão, Ação Civil Pública requerendo a suspensão de acréscimo de tarifa, Ação Popular visando à declaração de inconstitucionalidade do Decreto 28.177/2001 e à declaração de caducidade do contrato de concessão, Ação Civil Pública questionando o reajuste de tarifa em 2007 e Ação Popular requerendo a nulidade do reajuste de tarifa em 2012, nulidade da redução da base de cálculo de ICMS e declaração de caducidade do contrato de concessão pela transferência do controle acionário.

A Companhia e Administração da CCR e de suas controladas e controladas em conjunto reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis a contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas investidas não contemplam nenhum ajuste decorrente destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve nenhum desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

16. IMOBILIZADO

	2012			2011		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	4.116	(1.751)	2.365	3.164	(1.397)	1.766
Máquinas e equipamentos	31.852	(16.465)	15.387	25.771	(13.115)	12.656
Veículos	10.342	(6.413)	3.929	9.812	(5.841)	3.971
Instalações e edificações	7.988	(2.682)	5.305	5.616	(1.844)	3.772
Sistemas operacionais	45.543	(25.368)	20.175	35.083	(22.696)	12.387
Imobilizações em andamento	19.764	-	19.764	16.552	-	16.552
Adiantamento para imobilizado	-	-	-	329	-	329
	<u>119.605</u>	<u>(52.679)</u>	<u>66.925</u>	<u>96.327</u>	<u>(44.893)</u>	<u>51.434</u>

Movimentação do custo

	Saldo	Novas	Adições	Baixas	Transferências	Variação	Saldo final
	inicial	aquisições (b)			(a)	Cambial	
2012							
Móveis e utensílios	3.164	128	246	(126)	705	0	4.116
Máquinas e equipamentos	25.771	316	3.120	(827)	3.471	1	31.852
Veículos	9.812	66	396	(642)	722	(12)	10.342
Instalações e edificações	5.616	1.919	149	(43)	352	(6)	7.988
Sistemas operacionais	35.083	-	5.370	(940)	6.030	-	45.543
Imobilizações em andamento	16.552	861	17.628	(570)	(14.732)	24	19.764
Adiantamento para imobilizado	329	-	-	(329)	-	-	-
	<u>96.327</u>	<u>3.290</u>	<u>26.909</u>	<u>(3.477)</u>	<u>(3.452)</u>	<u>8</u>	<u>119.605</u>
2011							
Móveis e utensílios	2.583	-	235	(103)	449	-	3.164
Máquinas e equipamentos	20.155	-	2.512	(895)	3.999	-	25.771
Veículos	9.232	-	60	(650)	1.170	-	9.812
Instalações e edificações	5.137	-	294	(1)	187	-	5.616
Sistemas operacionais	35.359	-	147	(5.626)	5.203	-	35.083
Imobilizações em andamento	16.559	-	12.593	(66)	(12.534)	-	16.552
Adiantamento de fornecedor	329	-	-	-	-	-	329
	<u>89.354</u>	<u>-</u>	<u>15.839</u>	<u>(7.341)</u>	<u>(1.525)</u>	<u>-</u>	<u>96.327</u>

Movimentação da Depreciação

	2012						
Móveis e utensílios	(1.397)	(67)	(353)	72	(5)	(2)	(1.751)
Máquinas e equipamentos	(13.115)	(129)	(3.854)	647	(14)	(1)	(16.465)
Veículos	(5.841)	(51)	(1.029)	509	(0)	(1)	(6.413)
Instalações e edificações	(1.844)	(89)	(632)	4	(121)	(0)	(2.682)
Sistemas operacionais	(22.696)	-	(3.858)	1.111	75	-	(25.368)
	<u>(44.893)</u>	<u>(335)</u>	<u>(9.725)</u>	<u>2.343</u>	<u>(65)</u>	<u>(4)</u>	<u>(52.679)</u>
2011							
Móveis e utensílios	(1.219)	-	(241)	77	(14)	-	(1.397)
Máquinas e equipamentos	(10.658)	-	(3.067)	610	0	-	(13.115)
Veículos	(5.237)	-	(1.145)	551	(10)	-	(5.841)
Instalações e edificações	(1.279)	-	(412)	29	(182)	-	(1.844)
Sistemas operacionais	(24.055)	-	(2.915)	4.065	209	-	(22.696)
	<u>(42.448)</u>	<u>-</u>	<u>(7.780)</u>	<u>5.332</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>(44.893)</u>

17. ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Composição dos saldos

	Taxa média anual de amortização %	2012			2011		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
CONTROLADORA							
Direito da concessão (a)	(*)	10.761	(1.534)	9.227	10.761	(403)	10.358
CONSOLIDADO							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(a)	1.123.585	(282.684)	840.901	890.416	(199.325)	691.091
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	11.676	(4.773)	6.903	6.326	(3.407)	2.919
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	4.877	(2.136)	2.741	3.792	(1.351)	2.441
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios	(a)	231.332	(35.328)	196.004	217.468	(24.496)	192.972
Cessão de fibra óptica	10	1.438	(145)	1.293	-	-	-
Ágio (b)		573.233		573.233	573.233		573.233
Direito da concessão (a)	(*)	10.761	(1.534)	9.227	10.761	(403)	10.358
		1.956.903	(326.600)	1.630.303	1.701.996	(228.982)	1.473.014

	Saldo inicial	Novas				Outros (d)	Variação cambial	Saldo final
		aquisições (b)	Adições	Baixas	Transferências (c)			
2012								
Movimentação do custo - CONSOLIDADO								
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	890.416	166.878	71.437	(742)	(2.190)	(2.750)	537	1.123.586
Direitos de uso de sistemas informatizados	6.326	161	399	(12)	4.802			11.676
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	3.792	-	537	-	548			4.877
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios	217.468	5.092	8.774	-	-		(2)	231.332
Cessão de fibra óptica	-	-	1.147	-	291			1.438
Ágio	573.233	-	-	-	-			573.233
Direito da concessão	10.761	-	-	-	-			10.761
	1.701.996	172.131	82.294	(754)	3.451	(2.750)	535	1.956.903
Movimentação da amortização - CONSOLIDADO								
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(199.325)	(40.750)	(42.534)	29	16		(119)	(282.684)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(3.407)	(144)	(1.262)	9	31		(0)	(4.773)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.351)	-	(803)	-	18		-	(2.136)
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios	(24.496)	(796)	(10.036)	-	-		-	(35.328)
Cessão de fibra óptica	-	-	(145)	-	-		-	(145)
Direito da concessão - Ágio	(403)	-	(1.131)	-	-		-	(1.534)
	(228.982)	(41.690)	(55.912)	38	65	-	(119)	(326.600)

(*) Amortização pela curva de benefício econômico ou linear.

(a) Ágio COPER

Este ágio foi gerado na Companhia mediante aquisição da Aguilha em 2010, bem como com a integralização da parte relacionada SP Construções em 2011 e decorre da aquisição de direitos sobre o contrato do Consórcio COPER (concessão rodoviária - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra) efetuado pelos antigos quotistas da Aguilha. Este ágio é amortizado pelo prazo do contrato entre o COPER e a NovaDutra.

A Administração da Companhia mantém controles para avaliação da rentabilidade dos investimentos incorporados, os quais são revisados pelo menos anualmente, como forma de avaliar se os planos e prazos de recuperação mantêm-se de acordo com as expectativas.

(b) Ágio CCR

Este ágio foi gerado na Companhia mediante incorporação de acervo líquido em exercícios anteriores da Serveng Civilsan e incorporação de acervo líquido da Aguilha e SP Realizações e Empreendimentos e tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura baseada na projeção da capacidade de geração de lucros futuros desse investimento (concessão de rodovias).

A Administração da Companhia mantém controles para avaliação da rentabilidade da empresa investida, os quais são revisados pelo menos anualmente, como forma de avaliar se os planos e prazos de recuperação mantêm-se de acordo com as expectativas.

Veja, abaixo, detalhe da conta Direito de concessão apurado na aquisição de negócio

	2012			2011		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Controlar (a)	16.313	(6.214)	10.099	16.313	(4.350)	11.963
Coparques	1.977	(1.977)	-	1.977	(1.977)	-
Inovap 5 (a)	368	(6)	362	369	(1)	368
Parques	38	(38)	-	38	(38)	-
Renovias (b)	24.962	(5.833)	19.129	24.962	(4.386)	20.576
Rodonorte (b)	1.788	(590)	1.198	1.788	(485)	1.303
SPVias (b)	140.452	(9.765)	130.687	140.451	(4.702)	135.749
STP (c)	1.537	(1.017)	520	1.537	(1.017)	520
VaiOeste	30.033	(9.011)	21.022	30.033	(7.540)	22.493
Barcas (a)	318	(13)	305	-	-	-
Aeroporto internacional de Quito (d)	6.676	-	6.676	-	-	-
Aeroporto internacional de San Jose (a)	1.089	(28)	1.061	-	-	-
Aeroporto internacional de Curaçao (d)	5.781	(836)	4.945	-	-	-
	<u>231.332</u>	<u>(35.328)</u>	<u>196.004</u>	<u>217.468</u>	<u>(24.496)</u>	<u>192.972</u>

(a) Amortização linear.

(b) Amortização pela curva de benefício econômico.

(c) Não amortizado, pois possui vida útil indefinida.

(d) Será amortizado a partir da inauguração do NQIA.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL - CONSOLIDADO

Empresa	Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva	Custos de	Saldos dos	Vencimento final	2012	2011	
			do custo de transação (% a.a.)	transação incorridos	custos a apropriar em 2012				
Em moeda nacional									
CCR	Itaú BBA S.A. (Arrend. Mercantil)	13,10% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	5	26	(i)
CCR	Banco Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)	CDI + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Agosto de 2013	14	32	(i)
1.	AutoBAN	BNDES- FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0531% (a)	64	19 Fevereiro de 2017	20.523	25.456	(d)
1.	AutoBAN	BNDES- FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	Fevereiro de 2017	1.937	2.403	(d)
2.	Renovias	BNDES- FINEM II	TJLP + 1,80% a 2,80% a.a.	0,0234% a 0,0239% (a)	1	0 Novembro de 2016	1.421	1.600	(d)
2.	Renovias	BNDES- FINEM III	TJLP + 1,80% a 2,80% a.a.	0,0652% a 0,0667% (a)	3	2 Abril de 2016	3.936	1.504	(d)
3.a	SPVias	BNDES- FINEM I e CEF	TJLP + 5,5% a.a.	N/I	-	Outubro de 2013	694	1.621	(e)
3.a	SPVias	BNDES- FINEM II - Repasse e CEF	TJLP + 5,5% a.a.	N/I	-	Outubro de 2013	694	1.621	(e)
3.b	SPVias	BNDES- FINEM III	TJLP + 2,8% a.a.	N/I	-	Janeiro de 2019	4.540	5.357	(e)
13.	SPVias	Votorantim S.A. (Finame)	TJLP + 4,50% a 7,00% a.a.	N/I	-	Setembro de 2013	65	153	(i)
3.c	SPVias	Santander S.A.	CDI + 3,75% a.a.	N/I	-	Julho de 2015	-	4.445	(h)
3.c	SPVias	Bradesco S.A.	116,5% do CDI	0,4419% (a)	93	Fevereiro de 2013	-	6.911	(h)
3.c	SPVias	Itaú BBA S.A.	116,5% do CDI	0,4612% (a)	83	Fevereiro de 2013	-	13.074	(h)
	SPVias	Safra S.A. (Arrend. Mercantil)	CDI + 0,14% a 0,5654% a.a.	N/I	-	Junho de 2013	-	16	(i)
	Ponte	Santander S.A.	111% CDI	N/I	-	Julho de 2012	-	1.393	(j)
4.	Ponte	Itaú BBA S.A.	112,5% do CDI	N/I	-	Novembro de 2013	1.204	1.328	(j)
5.	Controlar	Itaú BBA S.A.	CDI + 1,7% a.a.	N/I	-	Dezembro de 2013	743	2.012	(f)
6.	Barcas	Bradesco S.A.	CDI + 0,70%	N/I	-	Abril de 2013	14.122	-	(h)
13.	Diversos	Alfa S.A. (Finame)	5,5% a 7,7% a.a.	N/I	-	Julho de 2017	278	-	(i)
13.	Diversos	Diversos (Finame)	TJLP + 1% a 4,3% a.a.	N/I	-	Julho de 2015	292	568	(i)
	Diversos	Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil)	1,0916% a.m. a 1,2321% a.m.	N/I	-	Junho de 2014	153	241	(i)
	Diversos	Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)	CDI + 1,5% a.a.	N/I	-	Outubro de 2013	330	885	(i)
	Diversos	Bradesco S.A. (Arrend. Mercantil)	1,14% a 2,77% a.m.	N/I	-	Janeiro de 2015	200	361	(i)
Subtotal em moeda nacional							21	51.150	71.008
Em moeda estrangeira									
3.a	SPVias	BNDES- FINEM I	Cesta de Moedas + 5,5% a.a.	N/I	-	Outubro de 2013	99	200	(e)
3.a	SPVias	BNDES- FINEM II - Repasse e CEF	Cesta de Moedas + 5,5% a.a.	N/I	-	Outubro de 2013	99	200	(e)
7.	ViaLagos	Merrill Lynch (c)	US\$ + 1,73% a.a.	N/I	-	Agosto de 2013	11.589	10.428	(j)
8.	ViaQuatro	BID - B Loan	US\$ + LIBOR + 1,9% a 2,5% a.a. (b)	3,7516% (a)	1.659	1.006 Fevereiro de 2020	33.275	30.218	(g)
8.	ViaQuatro	BID - A Loan	US\$ + LIBOR + 2,2% a 2,8% a.a. (b)	4,2287% (a)	466	284 Fevereiro de 2023	9.609	8.729	(g)
9.	RodoNorte	Merrill Lynch (c)	US\$ + LIBOR + 1,5% a.a.	N/I	-	Novembro de 2013	11.231	10.130	(j)
10.	Quiport	OPIC	US\$ + 6,07% a 7,37% a.a.	8,25%	146	147 Maio de 2021	20.585	-	(g)
10.	Quiport	EXIM	US\$ + 4,9% a.a.	7,17%	1.515	1.532 Maio de 2021	5.549	-	(g)
10.	Quiport	BID	US\$ + 6,08% a 9,6% a.a.	12,50%	55	55 Maio de 2021	7.705	-	(g)
10.	Quiport	EDC	US\$ + 10,65% a.a.	13,71%	55	28 Maio de 2021	3.849	-	(g)
11.	Aeris	BID	US\$ + 6,33% a.a.	N/I	-	Maio de 2024	5.215	-	(g)
11.	Aeris	OPIC	US\$ + 6,91% a.a.	N/I	-	Maio de 2024	6.379	-	(g)
12.	Curaçao	DVB Bank AG	US\$ + LIBOR + 2,75% a 3,5% a.a.	N/I	-	Dezembro de 2018	2.687	-	(k)
12.	Curaçao	Maduro and Curiel's Bank	US\$ + 7% a.a.	N/I	-	Dezembro de 2013	3	-	(k)
Subtotal em moeda estrangeira							3.053	117.873	59.904
							3.074	169.023	130.912
							Consolidado		
							2012	2011	
Circulante									
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros							59.081	15.775	
Custos de transação							(287)	(390)	
							58.794	15.385	
Não Circulante									
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros							113.015	116.835	
Custos de transação							(2.787)	(1.308)	
							110.228	115.526	

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamiento contábil CPC 08 (R1). Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada pela taxa média ponderada;
- (b) Alternativamente poderá ser utilizada a ABR Prime, conforme previsão contratual;
- (c) Por entender ser informação mais relevante, dado que as operações estão integralmente protegidas por contratos de *swap*, a Companhia decidiu mensurar estas operações ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 29 para maiores detalhes).

Garantias:

- (d) Fiança bancária.
- (e) Fiança bancária com aval do acionista controlador.
- (f) Fiança dos acionistas controladores, cessão da indenização e dos recebíveis.
- (g) Alienação das ações, cessão das contas bancárias e da indenização e recursos dos acionistas controladores para determinados eventos.
- (h) Fiança/aval do acionista controlador.
- (i) Bens financiados.
- (j) Não existem garantias.
- (k) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis.

Cronograma de desembolsos (não circulante) - Consolidado

2014	17.854
2015	18.204
2016	17.803
2017	13.045
2018	12.274
Após 2018	<u>33.836</u>
Total	<u>113.015</u>

Vários contratos de financiamentos contêm cláusulas de vencimento antecipado relacionadas principalmente com:

- Limitação de endividamento;
- Manutenção de índice "Endividamento/EBIDTA";
- Restrição a pagamento de dividendos;
- Restrição a alteração da composição de acionistas das investidas da CCR;
- Restrição à constituição de ônus sobre direitos; e
- Limitação à alienação de ativos.

19. DEBÊNTURES E NOTAS PROMISSÓRIAS

Empresa	Série	Taxas contratuais	Custo efetivo (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em		Vencimento final	2012	2011
					31/12/2012				
SP Concessões	1a Emissão Série única	100% do CDI + 2,4% aa	0,20450%	3.680	2453		Outubro de 2018	359.045	469.857
1.a CCR	5a Emissão - Série 2	IPCA + 7,5% a.a.	0,6215% (a)	142	28		Agosto de 2014	14.771	20.985 (d)
1.b CCR	Cetip (Notas promissórias)	105% do CDI	0,0150% (a)	5	2		Maio de 2013	49.909	- (c)
2. RodoNorte	2a Emissão - Série única	115,50% do CDI	0,2025% (b)	196	69		Novembro de 2015	20.575	24.116 (c)
3.a AutoBAn	1a Emissão - Série 1	IGP-M + 10,65% a.a.	0,1636% (a)	105	1		Abril de 2014	6.360	8.833 (e)
3.a AutoBAn	1a Emissão - Série 2	IGP-M + 10,65% a.a.	0,1636% (a)	105	8		Outubro de 2013	3.616	6.712 (e)
3.a AutoBAn	1a Emissão - Série 3	103,3% do CDI	0,1846% (b)	335	-		Abril de 2012	-	5.576 (e)
3.b AutoBAn	2a Emissão - Série única	108% do CDI	0,2114% (b)	79	-		Setembro de 2012	-	15.965 (c)
3.c AutoBAn	4a Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1084% (b)	495	483		Setembro de 2017	116.294	- (c)
3.c AutoBAn	4a Emissão - Série 2	IPCA + 2,71%	0,0876% (b)	132	130		Outubro de 2017	16.276	- (c)
3.d AutoBAn	Cetip (Notas promissórias)	105,50% do CDI	0,0559% (a)	67	-		Novembro de 2012	-	114.528 (c)
3.e AutoBAn	Cetip (Notas promissórias)	104,5% do CDI	0,0073% (a)	6	6		Maio de 2013	6.011	- (c)
ViaOeste	1a Emissão - Série 1	104,5% do CDI	0,2917% (b)	438	-		Julho de 2015	-	15.513 (f)
ViaOeste	1a Emissão - Série 2	IGP-M + 7,6% a.a.	0,2976% (a)	290	-		Julho de 2015	-	15.276 (f)
ViaOeste	1a Emissão - Série 3	IGP-M + 7,6% a.a.	0,2976% (a)	290	-		Janeiro de 2015	-	12.627 (f)
ViaOeste	2a Emissão - Série única	117% do CDI	0,1334% (b)	178	-		Dezembro de 2016	-	27.096 (c)
4.a ViaOeste	3a Emissão - Série única	110,5% do CDI	0,2201% (b)	105	29		Fevereiro de 2015	13.106	18.628 (c)
4.b ViaOeste	4a Emissão - Série única	108,3% do CDI	0,1718% (b)	457	372		Maio de 2017	89.687	- (c)
5. RodoAnel Oeste	2a Emissão - Série 1	109,20% do CDI	0,1125% (b)	201	98		Maio de 2014	60.230	60.534 (g)
5. RodoAnel Oeste	2a Emissão - Série 2	111% do CDI	0,1131% (b)	296	183		Maio de 2015	66.189	66.531 (g)
5. RodoAnel Oeste	2a Emissão - Série 3	112% do CDI	0,1142% (b)	510	349		Maio de 2016	90.168	90.648 (g)
6. Renovias	1a Emissão - Série única	CDI + 1,90% a.a.	0,1784% (b)	58	13		Fevereiro de 2015	4.501	6.654 (c)
7.a SPVias	1a Emissão - Série única	116,50% do CDI	0,1433% (b)	-	-		Fevereiro de 2013	98.979	111.550 (g)
7.b SPVias	2a Emissão - Série única	119,30% do CDI	0,0801% (b)	153	137		Julho de 2016	49.424	- (g)
8.a NovaDutra	2a Emissão - Série 1	110,50% do CDI	0,1648% (b)	201	80		Setembro de 2015	30.989	36.377 (d)
8.a NovaDutra	2a Emissão - Série 2	112,50% do CDI	0,1648% (b)	134	53		Setembro de 2015	20.664	24.260 (c)
8.b NovaDutra	Cetip (Notas promissórias)	106,80% do CDI	0,0100% (a)	2	-		Novembro de 2012	-	15.674 (c)
8.c NovaDutra	3a Emissão - Série única	105,6% do CDI	-	-	-		Novembro de 2015	41.961	- (c)
9. Samm	Cetip (Notas promissórias)	105% do CDI	0,0100% (a)	7	4		Abril de 2013	4.221	- (g)
								4.498	1.162.976 / 1.167.939
								Controladora	Consolidado
								2012	2011
Circulante									
Debêntures e notas promissórias				5.122	14.491			247.718	224.428
Custos de transação				-	-			(744)	(713)
				5.122	14.491			246.974	223.715
Não Circulante									
Debêntures				359.045	459.046			922.425	949.010
Custos de transação				(2.453)	(3.680)			(3.755)	(4.786)
				356.592	455.366			918.670	944.224

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

- (c) Não existem garantias.
- (d) Flutuante.
- (e) Penhor de 55% das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.
- (f) Penhor das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.
- (g) Fidejussória do acionista controlador.

Cronograma de desembolsos (não circulante) - Debêntures

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014		152.234
2015		141.601
2016	48.245	264.086
2017	136.800	190.504
2018	<u>174.000</u>	<u>174.000</u>
Total	<u>359.045</u>	<u>922.425</u>

1. Soares Penido Concessões (controladora)

Em 15 de setembro de 2010 a Companhia emitiu 60 debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, de espécie subordinada a ser convolada em espécie com garantia real, com valor nominal unitário de R\$10.000 e valor total de emissão de R\$600.000.

A Companhia pode, a seu exclusivo critério e sem necessidade de aprovação prévia dos debenturistas, antecipar total ou parcialmente o pagamento de quaisquer parcelas da amortização e ou juros remuneratórios. Utilizando-se desta opção, a Companhia, em 13 de outubro de 2010, antecipou os pagamentos com vencimentos em 15 de outubro de 2013 e em 15 de outubro de 2014; e, em 1º de novembro de 2012, os com vencimentos em 2015 e, parcialmente, em 2016.

As garantias concedidas as debêntures são:

- Penhor das ações da CCR de propriedade da Companhia.
- Cessão fiduciária dos direitos ao recebimento de quaisquer proventos, dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outros recursos gerados pela propriedade das ações da CCR S.A.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

2. CCR

- a) Em 1º de agosto de 2009, a Companhia emitiu 598.156 debêntures simples da 5ª emissão, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, em duas séries, todas nominativas e escriturais, com valor nominal total de R\$598.156.

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores, sendo estes índices: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.

3. RodoNorte

Em 15 de abril de 2010, foram emitidas 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, através de distribuição pública com esforços restritos, de série única, com valor nominal total de R\$200.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 11 de maio de 2010.

A investida pode resgatar as debêntures a qualquer momento, a se critério, com pagamento de prêmio definido na escritura.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro semestre de cada ano, apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
- Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) maior ou igual a 1,3.
- Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0.
- (Dívida Líquida + Mútuos contraídos com os controladores diretos ou indiretos e/ou afiliadas) / EBITDA menor ou igual a 4,0.
- Contrair ou manter qualquer dívida, sem o consentimento dos financiadores, exceto as definidas na escritura.

4. AutoBAn

a) Em 1º de abril de 2006, foram emitidas 51.000 debêntures nominativas escriturais, da 1ª emissão, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo 9.800 para a 1ª e 2ª séries e 31.400 para a 3ª série. O valor nominal total da emissão foi de R\$510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006, por R\$533.883.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série: A amortização do principal está sendo efetuada em seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e de 2014 e o pagamento dos juros, anualmente, entre 1º de abril de 2007 e de 2014.
- Segunda série: A amortização do principal está sendo realizada em cinco parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2009 e de 2013 e o pagamento dos juros, anualmente, entre 1º de outubro de 2007 e de 2013.
- Terceira série: Esta série foi integralmente liquidada.

Como garantia da emissão das debêntures, a investida está sujeita à penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da investida contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a investida contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar do percentual de 55% destinados ao agente fiduciário.

- b) Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 4ª emissão pública de debêntures, num total de 1.100.000 debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, totalizando R\$1.100.000, na data de emissão.

Foram emitidas 965.000 debêntures da 1ª série ao valor nominal de R\$1 na data da emissão. As debêntures da 1ª série não tem seu valor nominal atualizado e a remuneração é baseada na variação acumulada de 109% do CDI.

As debêntures da 1ª série poderão ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora mediante pagamento de prêmio.

Foram emitidas 135.000 debêntures de 2ª série, com valor nominal total de R\$135.000 na data da emissão. As debêntures tem seu valor nominal atualizado pelo IPCA sob o qual incidem juros remuneratórios 2,71% ao ano.

As debêntures da 2ª série não poderão ser facultativamente resgatadas.

Os principais critérios para decretação do vencimento antecipado das debêntures desta emissão são:

- Distribuir dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos desta Escritura de Emissão, exceto o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
 - Distribuir dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA da Emissora seja superior a 4.
- c) Em 14 de novembro de 2012, foi realizada a 3ª emissão de notas comerciais, sendo 50 notas comerciais, série única, sem garantia, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$50.000.

As notas promissórias poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

5. ViaOeste

- a) Em 20 de fevereiro de 2011, foi realizada a 3ª emissão pública de debêntures, no total de 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal total de R\$150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 21 de fevereiro de 2011 pelo mesmo montante.

A amortização do principal está sendo realizada em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e de 2015, podendo ser totalmente resgatadas, a qualquer momento, a critério da emissora.

A principal obrigação em cláusula restritiva é não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo legal, caso o resultado da divisão “Dívida líquida/EBITDA” seja superior a 4 e/ou o ICSD seja inferior a 1,2.

- b) Em 28 de abril de 2012, a investida realizou a 4ª emissão pública de 75.000 debêntures, simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com valor nominal total de emissão de R\$750.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2012, no valor total de R\$751.887.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, mediante pagamento de prêmio de resgate de no máximo 0,75% incidente sobre o valor do resgate e/ou amortização.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da investida que venha a resultar na alienação do seu controle acionário a terceiros, sem prévia e expressa aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, restando autorizadas as hipóteses de transferência de controle dentro do grupo econômico da CCR.
- Caso a investida, sem que haja a aprovação prévia da maioria simples dos debenturistas, realize uma ou mais novas emissões de debêntures que, na data de cada respectiva emissão, leve o índice de dívida líquida/EBITDA a um valor superior a 4, calculado com base nas demonstrações financeiras mais recentes divulgadas à CVM e ao mercado, ressalvado, contudo, emissões cuja totalidade ou parcela dos recursos captados seja destinada ao pré-pagamento e liquidação das debêntures da presente emissão, as quais não estão sujeitas ao limite estabelecido neste item;
- Redução do capital social da investida sem que haja anuência prévia da maioria simples dos titulares das debêntures em circulação;
- Constituir ou permitir a constituição, em garantia de novas dívidas, de quaisquer ônus, encargos ou gravames sobre qualquer um de seus ativos atualmente existentes ou doravante adquiridos.

6. RodoAnel Oeste

Em 05 de maio de 2011, foi realizada a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 180.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries.

As debêntures da 1ª série, no total de 50.000 e as da 2ª série de 55.000, têm valor nominal total de R\$1.050.000 e foram totalmente subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2011 pelo mesmo montante. As debêntures da 3ª série, no total de 75.000 (setenta e cinco mil), têm valor nominal total de R\$750.000 e foram subscritas e integralizadas em 28 de julho de 2011.

As debêntures das três séries são garantidas por fianças prestadas pelos acionistas na proporção de suas participações, sendo CCR (95%) e Encalso (5%).

As debêntures podem ser resgatadas antecipadamente mediante o pagamento de prêmio.

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores. Os índices são: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.

7. Renovias

Em 1º de fevereiro de 2010, realizou-se a 1ª emissão pública de debêntures, no total de 140 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de emissão de R\$140.000.

As debêntures podem ser amortizadas extraordinariamente a qualquer momento, sendo que, se a amortização extraordinária for efetuada no período de carência do principal, o valor será acrescido de um prêmio de 0,60%.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Realização de novas emissões de debêntures, exceto da espécie subordinada ou cuja destinação dos recursos seja limitada a contratação de dívidas de longo prazo para o financiamento de investimentos não previstos no contrato de concessão de que a emissora seja titular, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro.
- Contrair ou manter empréstimos de capital de giro no curso normal das atividades da emissora, que excedam a qualquer momento, o valor principal total de R\$40.000, sem prévia aprovação dos titulares das debêntures em Assembleia Geral dos Debenturistas.

8. SPVias

- a) Em 22 de dezembro de 2010, a investida assumiu por sucessão, a 1ª emissão pública de debêntures, no total de 800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada com garantia adicional fidejussória da controladora, em série única, emitidas em 13 de dezembro de 2010 e aditadas em 17 de dezembro de 2010, sendo o valor total de emissão de R\$817.387.

As debêntures podem ser amortizadas extraordinariamente, a qualquer momento.

Um dos principais critérios para o vencimento antecipado é a extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido ou contestado no prazo legal ou decretação de falência ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, de qualquer controlada da CCR, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da CCR, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido.

- b) Em 5 de julho de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 40.000 debêntures, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor nominal total de R\$400.000, na data de emissão.

A emissão conta com a CCR como interveniente garantidora.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento após o 24º mês contado a partir da data de emissão, a exclusivo critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir aos acionistas dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios.
- Distribuir aos acionistas do interveniente garantidor de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a interveniente garantidora tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social da interveniente garantidora e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios.

9. NovaDutra

- a) Em 1º de outubro de 2010, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 500.000, divididas em duas séries, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos e valor nominal total de emissão de R\$500.000, podendo ser totalmente resgatadas a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

As séries das debêntures emitidas possuem as seguintes características:

As debêntures da 1ª série possuem garantia flutuante e as da 2ª série são subordinadas.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo legal caso, o ICSD seja menor ou igual a 1,2 e/ou o resultado da divisão Dívida líquida/EBITDA, seja maior ou igual a 4.
- Redução do capital social da emissora após a data de emissão das debêntures, para um valor inferior a R\$100.000, sem que haja anuência prévia de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

- b) Em 5 de dezembro de 2012, foram emitidas 35.000 debêntures simples, da 3ª emissão, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, sob regime de garantia firme, em série única, da espécie quirografária para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor nominal total de emissão de R\$350.000.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuição de dividendos, pela investida, em valor superior ao mínimo legal, caso o ICSD seja inferior a 1,20 ou o resultado da divisão dívida líquida/EBITDA, seja superior a 4.
- Redução do capital social da investida após a data de emissão para um valor inferior a R\$100.000, sem que haja anuência prévia de, no mínimo, 2/3 dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

10. Samm

Em 30 de outubro de 2012, foram captados R\$35.000 em notas promissórias da 1ª emissão, com vencimento de principal e juros em 28 de abril de 2013.

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER - PARCELAMENTOS - CONSOLIDADO

- a) Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais a recolher:

	Consolidado	
	2012	2011
IRPJ e CSLL	23.792	5.733
ISS	3.444	3.265
COFINS	2.656	2.644
ICMS	1.472	-
PIS, COFINS e CSLL retidos	457	387
PIS	434	432
IRRF	177	3.168
INSS retido	531	1.273
Outros (IPTU, CIDE e IOF)	6.065	200
	<u>39.028</u>	<u>17.102</u>
Circulante	34.614	17.102
Não circulante	4.414	-

b) Impostos e contribuições parcelados

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Parcelamento Lei nº 11.941/09 (*)	59.599	60.402
Outros	<u>238</u>	<u>397</u>
	<u>59.837</u>	<u>60.799</u>
Circulante	6.034	5.588
Não circulante	53.803	55.211

(*) Os impostos parcelados através da Lei nº 11.941/09 foram homologados pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011 para pagamento em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na taxa Selic. Os pagamentos iniciaram-se em junho de 2011 com as seguintes condições.

21. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E TRIBUTÁRIOS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas investidas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Cíveis e administrativos	-	-	2484	1986
Trabalhistas e previdenciárias	-	-	5.099	660
Tributárias	<u>57</u>	<u>-</u>	<u>79</u>	<u>198</u>
	<u>57</u>	<u>-</u>	<u>7.662</u>	<u>2.844</u>

A Companhia e suas controladas em conjunto possuem outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$19.684, em 31 de dezembro de 2012 (R\$26.080, em 31 de dezembro de 2011), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

22. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo inicial	50.858	66.826
Constituição de provisão a valor presente	18.142	16.594
Reversão do ajuste a valor presente	5.807	8.428
Realização	(32.174)	(40.991)
Saldo final	<u>42.633</u>	<u>50.858</u>
Circulante	17.648	26.586
Não circulante	24.985	24.272

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir:

- Projetos com início de provisão até 2009: 14,75% ao ano.
- Projetos com início de provisão em 2010: 12,34% ao ano.
- Projetos com início de provisão em 2011: 12,62% ao ano.
- Projetos com início de provisão em 2012: 8,20% ao ano.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social da Companhia era de R\$307.971 (R\$198.737 em 2011), representado por 268.373.457 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (215.347.244 ações em 2011). Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em 30 de abril de 2012 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária o aumento do capital social da Companhia em R\$109.234 mil pela integralização de capital efetuado através do saldo da rubrica “Adiantamento para futuro aumento de capital”.

b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É constituída para a aplicação na liquidação das debêntures.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

Dessa forma, a Administração da Companhia está propondo a retenção total do lucro líquido ajustado, depois das destinações de reserva legal, dividendos propostos e juros sobre capital próprio, para a rubrica “Reserva de retenção de lucros”, como segue:

Lucro líquido do exercício	113.998
(-) Constituição da reserva legal	<u>(5.700)</u>
Base para cálculo da reserva	108.298
Dividendos obrigatórios de 2012 (25%)	27.075
Dividendos propostos em exercícios anteriores	<u>68.651</u>
Total de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2012	<u>95.726</u>

d) Ajuste acumulado de conversão- consolidado

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior detidas pela Companhia. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita de pedágio	-	-	603.758	546.869
Receitas de construção (ICPC 01 - R1)	-	-	68.129	65.714
Receitas administrativas	-	-	32.198	31.403
Receitas de operação de rodovia	-	-	21	9.652
Receitas aeroportuárias	-	-	5.114	7.469
Receitas acessórias	-	-	11.503	-
Receitas de transporte aquaviário	-	-	8.778	-
Receitas metroviárias	-	-	18.492	-
Receitas de serviços	68.781	22.508	70.184	25.325
Receita bruta	68.781	22.508	818.177	686.432
Impostos sobre receitas	(5.106)	(1.612)	(64.170)	(56.855)
Devoluções e abatimentos	-	-	(854)	(1.097)
Deduções da receita bruta	<u>(5.106)</u>	<u>(1.612)</u>	<u>(65.023)</u>	<u>(57.952)</u>
Receita líquida	<u>63.675</u>	<u>20.896</u>	<u>753.154</u>	<u>628.480</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e	(59.770)	(72.213)	(135.914)	(174.583)
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(2.612)	(4.020)
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(14.327)	(17.786)
Varição monetária sobre obrigações com Poder Concedente	-	-	(618)	(1.333)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	-	-	(958)	(906)
Perda com operações de derivativos	-	-	(3.189)	(6.752)
Varição cambial sobre derivativos	-	-	(719)	(6.591)
Juros sobre impostos parcelados	-	-	(4.140)	(8.428)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	-	(5.807)	5.642
Capitalização de custos dos empréstimos	-	-	5.436	-
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	-	-	(2.427)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.292)	(31)	(7.832)	(7.978)
	<u>(61.062)</u>	<u>(72.244)</u>	<u>(173.106)</u>	<u>(222.735)</u>
Receitas financeiras				
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	8.830	762
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	29	342
Juros e variações monetárias sobre mútuos	-	-	892	
Ganho com operações de derivativos	-	-	5.995	4.642
Varição cambial sobre derivativos	-	-	493	
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	3.028	-	5.061	17.122
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	-	10.788	13.694
Juros e outras receitas financeiras	181	1.475	2.861	6.529
	<u>3.209</u>	<u>1.475</u>	<u>34.948</u>	<u>43.091</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(57.853)</u>	<u>(70.769)</u>	<u>(138.158)</u>	<u>(179.644)</u>

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política

A Companhia e suas controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de hedge para proteção de 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, vencidos nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em conjunto, conforme o quadro a seguir:

	Controladora					
	2012			2011		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
Ativos						
Aplicações financeiras	12.267	-	-	22.060	-	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	5.317	-	-	-	-
Mútuos - partes relacionadas	288	-	-	288	-	-
Passivos						
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos	-	-	(361.714)	-	-	(469.857)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	-	-	-	(8)
Mútuo - partes relacionadas	-	-	(13.111)	-	-	(13.111)
	<u>12.555</u>	<u>5.317</u>	<u>(374.825)</u>	<u>22.348</u>		<u>(482.976)</u>
	Consolidado					
	2012			2011		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
Ativos						
Aplicações financeiras	88.147	-	-	87.498	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	3.514	-	-	76	-	-
Contas a receber	-	60.760	-	-	55.307	-
Mútuos - partes relacionadas	-	17.797	-	-	3.660	-
Contas a receber com operações de derivativos	7.360	-	-	4.020	-	-
Passivos						
Empréstimos em moeda nacional	-	-	(16.069)	-	-	(29.164)
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	(701)	-	-	(1.561)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(34.380)	-	-	(40.483)
Empréstimos em moeda estrangeira	(22.820)	-	-	(20.557)	-	-
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	(95.052)	-	-	(39.147)
Debêntures e notas promissórias	-	-	(1.165.644)	-	-	(1.167.939)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(115.701)	-	-	(69.181)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(22.841)	-	-	(8.012)
Plano de incentivo de longo prazo	(3.318)	-	-	(2.076)	-	-
Aumento de capital - partes relacionadas	-	-	(229)	-	-	(229)
Contas a pagar com operações de derivativos	(230)	-	-	(146)	-	-
	<u>72.654</u>	<u>73.494</u>	<u>(1.082.025)</u>	<u>68.814</u>	<u>52.526</u>	<u>(890.678)</u>

Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor:

- Aplicações financeiras - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil.
- Contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- Financiamentos - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo, conforme descrito na nota explicativa nº 15.
- Empréstimos mensurados ao valor justo por meio do resultado - As controladas em conjunto indiretas ViaLagos e a RodoNorte contrataram operações em moeda estrangeira (dólar norte-americano), sendo que nas mesmas datas das contratações foram firmados contratos de *swap* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior, por 101% do CDI. A controlada em conjunto CCR.SA entendeu que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (“fair value option”), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$20.910 em 31 de dezembro de 2011. Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 15.
- Empréstimos e debêntures mensurados ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	2012		2011		2012		2011	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
• Empréstimos em moeda nacional	-	-	-	-	29.267	29.994	47.701	49.837
• Debêntures e notas promissórias	469.857	469.857	496.365	496.365	1.167.939	1.188.047	1.071.500	1.085.071

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas na BM&FBOVESPA mais cupom e trazendo a valor presente pelas taxas de mercado, equivalentes às taxas contratuais projetadas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Aplicações financeiras	-	22.060	-	22.060
Derivativos	-	-	7.130	4.102
Empréstimos	-	-	117.873	59.704

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: “inputs”, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

O investimento na controlada em conjunto CCR S.A, se valorizado a mercado com base na última cotação das ações na BOVESPA em 31 de dezembro de 2012, apresenta um valor de R\$4.097.398 (R\$2.574.303 em 29 de dezembro de 2011).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de índice de inflação, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de “hedge” e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A ViaQuatro, visando cumprir as exigências de seu contrato de financiamento com o BID, conforme descrito na nota explicativa nº 19 e visando a mitigação dos riscos de taxa de juros, contratou opções de compra da Libor com teto de 4,5% ao ano para todo o fluxo de juros de seu financiamento, como também, operações de “swap” para proteger os fluxos de caixa do endividamento em moeda estrangeira para os próximos dois anos.

A CCR realizou operações com derivativos (*swap*) visando mitigar os riscos de taxas de juros e inflação.

A ViaLagos e a RodoNorte, contrataram operações com derivativos, visando proteger a totalidade dos fluxos de caixa de seus endividamentos em moeda estrangeira.

A CAP realizou operações de swap, visando mitigar os riscos de taxa de juros.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados.

[página intencionalmente deixada em branco]

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valores de referência (Nocional) (5)				Valor justo		Valores brutos liquidados		Efeito acumulado				Resultado			
				Moeda estrangeira		Moeda local		Moeda local		Moeda local		Valores a receber/(recebidos)		Valores a pagar/(pagos)		Efeito acumulado			
				31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11		
OPÇÕES DE COMPRA																			
ViaQuatro																			
1	Vários (1)	20/07/2009	15/02/2023 (2)	Libor	20.061	16.047	40.995	30.102	175	333	-	-	175	333	-	-	(158)	(456)	
	Posição passiva			Libor c/ "Cap" 4,5% a.a.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
SWAP																			
CCR																			
2	Posição ativa	Citibank	23/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	3.182	4.773	4.034	5.624	73	(203)	727	536	-	(203)	265	193
	Posição passiva				109,65 % do CDI	-	-	-	-	(3.306)	(5.088)	-	-	-	-	-	-	-	-
3	Posição ativa	BTG Pactual	23/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	2.386	3.579	3.025	4.218	55	(152)	546	403	-	(152)	198	153
	Posição passiva				109,6 % do CDI	-	-	-	-	(2.480)	(3.816)	-	-	-	-	-	-	-	-
4	Posição ativa	BTG Pactual	28/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	1.591	2.386	2.017	2.812	41	(97)	366	276	-	(97)	131	108
	Posição passiva				108 % do CDI	-	-	-	-	(1.651)	(2.536)	-	-	-	-	-	-	-	-
5	Posição ativa	HSBC	23/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	1.193	3.579	3.022	4.213	57	(152)	542	398	-	(152)	201	153
	Posição passiva				109,6 % do CDI	-	-	-	-	(2.480)	(3.816)	-	-	-	-	-	-	-	-
6	Posição ativa	Merryl Linch	28/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	1.193	3.579	3.025	4.218	61	(145)	550	414	-	(145)	197	171
	Posição passiva				108 % do CDI	-	-	-	-	(2.476)	(3.804)	-	-	-	-	-	-	-	-
ViaLagos																			
7	Posição ativa	Merryl Linch	15/08/2011	15/08/2013	USD + 2,0353% a.a.	5.656	5.656	11.557	9.196	11.615	10.484	(581)	(212)	2.341	1.150	(581)	(212)	610	973
	Posição passiva				101 % do CDI	-	-	-	-	(9.275)	(9.334)	-	-	-	-	-	-	-	-
ViaQuatro																			
8	Posição ativa	Bradesco	03/10/2011	14/02/2013	USD	1.645	1.645	3.362	3.086	3.357	2.988	-	-	33	-	-	58	91	(14)
	Posição passiva				65,5 % do CDI	-	-	-	-	(3.323)	(3.046)	-	-	-	-	-	-	-	-
9	Posição ativa	Bradesco	03/10/2011	14/08/2013	USD	1.625	1.625	3.321	3.049	3.296	2.902	-	-	44	-	-	62	106	(12)
	Posição passiva				67 % do CDI	-	-	-	-	(3.252)	(2.965)	-	-	-	-	-	-	-	-
10	Posição ativa	Bradesco	14/02/2012	17/02/2014	USD	1.635	-	3.340	-	3.290	-	-	-	398	-	-	-	398	-
	Posição passiva				73,6 % do CDI	-	-	-	-	(2.891)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11	Posição ativa	Bradesco	14/02/2012	14/08/2014	USD	1.577	-	3.203	-	3.148	-	-	-	1	-	-	-	1	-
	Posição passiva				70,55% do CDI	-	-	-	-	(3.148)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RodoNorte																			
12	Posição ativa	Merryl Linch	14/11/2011	14/11/2013	USD + Libor + 1,5 % a.a.	5.467	5.467	11.172	9.545	11.269	10.206	(562)	-	1.637	511	(562)	-	564	511
	Posição passiva				101 % do CDI	-	-	-	-	(9.632)	(9.695)	-	-	-	-	-	-	-	-
CAP																			
13	Posição ativa	DVB Bank AG	28/06/2005	31/12/2014 (4)	USD Libor	511	-	1.045	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Posição passiva				4,25% a.a.	-	-	-	-	(88)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14	Posição ativa	DVB Bank AG	28/01/2004	31/12/2014 (4)	USD Libor	341	-	697	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Posição passiva				4,3% a.a.	-	-	-	-	(66)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15	Posição ativa	DVB Bank AG	02/08/2006	31/12/2018 (4)	USD Libor	199	-	406	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Posição passiva				5,51% a.a.	-	-	-	-	(104)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2012					88.643	72.875	7.130	3.900	7.130	3.900	(855)	(962)	7.360	4.019	(1.143)	(842)	2.605	1.778	
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O ANO DE 2011 E 2012									-	(26)	(51)	(17.110)	-	(128)	(60)	(17.238)	(25)	(3.893)	
TOTAL DAS OPERAÇÕES									7.130	3.874	(906)	(18.072)	7.360	3.892	(1.203)	(18.080)	2.580	(2.115)	

[página intencionalmente deixada em branco]

- (1) As contrapartes são: Banco Santander (Brasil) S.A., SMBC Capital Markets Limited, Banco Bilbao Vizcaya Argentina, S.A., WestLB AG, New York Branch, Espírito Santo investment p.l.c, Société Générale/ Paris;
- (2) As opções de compra foram divididas em 54 tranches, sendo uma para cada vencimento de juros de cada tranche do contrato de financiamento do BID, com vencimentos semestrais entre agosto de 2009 e fevereiro de 2023;
- (3) Os contratos possuem vencimentos em agosto de 2013 e 2014;
- (4) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários, nos meses de junho e dezembro de cada ano, até o vencimento final; e
- (5) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	Consolidado	
	2012	2011
Riscos cambiais	1.587	(2.891)
Riscos de juros	993	776
	<u>2.580</u>	<u>(2.115)</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas investidas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas informações trimestrais, sendo que para os cenários A e B, as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial no fechamento dessas demonstrações financeiras (R\$x USD = 2,0435). Como os valores já estão registrados, não há efeitos adicionais no resultado para esse cenário.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Risco	Efeito no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
ViaQuatro						
Dívida em USD - BID	Fevereiro de 2023	370.224	Aumento da cotação do USD	-	(10.931)	(21.862)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Fevereiro de 2013	(28.175)	Diminuição da cotação do USD	-	840	1.681
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Agosto de 2013	(27.837)	Diminuição da cotação do USD	-	830	1.661
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Fevereiro de 2014	(27.995)	Diminuição da cotação do USD	-	835	1.670
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Agosto de 2014	(27.013)	Diminuição da cotação do USD	-	806	1.611
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	(7.619)	(15.238)
ViaLagos						
4131 em USD	Agosto de 2013	97.071	Aumento da cotação do USD	-	(2.896)	(5.791)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Agosto de 2013	(97.336)	Diminuição da cotação do USD	-	2.903	5.807
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	8	16
RodoNorte						
4131 em USD	Novembro de 2013	93.879	Aumento da cotação do USD	-	(2.800)	(5.601)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Novembro de 2013	(94.143)	Diminuição da cotação do USD	-	2.808	5.616
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	8	16
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				-	(7.604)	(15.207)

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

(2) As empresas Quiport (Equador), Aeris (Costa Rica) e Curação têm como moeda funcional o USD (dólar norte americano, não incorrendo em variação cambial).

As empresas Quiport, Aeris e Curação têm financiamentos em US\$, no entanto a moeda funcional dessas empresas é o próprio US\$, não gerando efeitos de variação cambial.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2013 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros -Consolidado

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado			
				Exposição em R\$ ⁽⁶⁾	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros							
Empréstimo BID	Aumento da Libor de 6 meses ⁽⁵⁾	Fevereiro de 2023	ViaQuatro	44.174	(1.097)	(1.154)	(1.210)
Hedge (opções) de taxa de juros ⁽⁷⁾		Fevereiro de 2023	ViaQuatro	-	-	-	-
Efeito líquido				44.174	(1.097)	(1.154)	(1.210)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Agosto de 2014	CCR	14.798	(2.015)	(2.241)	(2.466)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2014	CCR	(14.798)	2.015	2.241	2.466
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2014	CCR	14.798	(1.123)	(1.404)	(1.687)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Maio de 2013	CCR	49.911	(1.336)	(1.661)	(1.984)
Efeito líquido				64.709	(2.459)	(3.066)	(3.671)
Financiamento DVB Bank	Aumento da Libor de 6 meses ⁽⁵⁾	Dezembro de 2018	Curacao	2.149	(71)	(74)	(77)
Swap Libor X Fixa (Ponta Ativa)	Aumento da Libor de 6 meses ⁽⁵⁾	Dezembro de 2018	Curacao	(1.046)	34	36	37
Swap Libor X Fixa (Ponta Ativa)	Aumento da Libor de 6 meses ⁽⁵⁾	Dezembro de 2018	Curacao	(697)	23	24	25
Swap Libor X Fixa (Ponta Ativa)	Aumento da Libor de 6 meses ⁽⁵⁾	Dezembro de 2018	Curacao	(407)	13	14	14
Efeito líquido				-	-	-	-
Debêntures	Aumento do CDI	Outubro de 2013	Soares Penido	359.045	(24.774)	(30.968)	(37.161)
Debêntures	Aumento do IGP-M	Outubro de 2013	AutoBAN	3.624	(591)	(646)	(701)
Debêntures	Aumento do IGP-M	Abril de 2014	AutoBAN	6.361	(1.606)	(1.732)	(1.860)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	AutoBAN	16.406	(1.487)	(1.681)	(1.928)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	AutoBAN	116.776	(8.846)	(11.066)	(13.289)
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2015	ViaOeste	13.135	(1.009)	(1.263)	(1.516)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2017	ViaOeste	90.059	(6.776)	(8.476)	(10.179)
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2015	Renovias	4.515	(405)	(485)	(564)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2014	RodoAnel Oeste	60.328	(4.349)	(5.441)	(6.534)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2015	RodoAnel Oeste	66.373	(4.867)	(6.090)	(7.314)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2016	RodoAnel Oeste	90.517	(6.700)	(8.383)	(10.070)
Debêntures	Aumento do CDI	Novembro de 2015	RodoNorte	20.644	(1.661)	(2.078)	(2.497)
Debêntures	Aumento do CDI	Outubro de 2015	NovaDutra	51.787	(4.009)	(5.016)	(6.024)
Debêntures	Aumento do CDI	Dezembro de 2015	NovaDutra	41.961	(3.076)	(3.847)	(4.618)
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2013	SPVias	98.979	(1.229)	(1.526)	(1.819)
Debêntures	Aumento do CDI	Julho de 2016	SPVias	49.562	(3.765)	(4.710)	(5.656)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Maio de 2013	AutoBAN	6.018	(152)	(189)	(225)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Abril de 2013	Samm	4.225	(96)	(120)	(143)
CCB	Aumento do CDI	Dezembro de 2013	Controlar	743	(52)	(62)	(72)
CCB	Aumento do CDI	Novembro de 2013	Ponte	1.204	(85)	(107)	(128)
CCB	Aumento do CDI	Abril de 2013	Barcas	14.122	(240)	(293)	(345)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Novembro de 2013	RodoNorte	9.626	(674)	(735)	(882)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2013	ViaLagos	9.271	(398)	(495)	(593)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Fevereiro de 2013	ViaQuatro	3.323	(17)	(22)	(26)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2013	ViaQuatro	3.298	(93)	(115)	(138)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Fevereiro de 2014	ViaQuatro	2.952	(149)	(186)	(223)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2014	ViaQuatro	3.257	(158)	(197)	(235)
				789.063	(77.262)	(95.926)	(114.742)
Total do efeito de ganho ou (perda)					(80.818)	(100.146)	(119.623)
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:							
	CDI ⁽²⁾				6,90%	8,63%	10,35%
	IGP-M ⁽³⁾				7,82%	9,77%	11,73%
	IPC-A ⁽⁴⁾				5,64%	7,05%	8,46%
	LIBOR 6 meses ⁽⁵⁾				0,5083%	0,6353%	0,7624%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (7) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se a taxa de 31/12/2012, divulgada pela CETIP.

(3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima.

(4) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

(5) Refere-se as taxas libor de 6 meses, divulgados pela BBA (British Bankers Association) em 31/12/2012.

(6) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2012 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

(7) Existe contratos de opção (cap) para proteger o aumento da Libor de 6 meses, cujo preço de exercício é 4,5% a.a. As opções de compra somente geram efeitos se a Libor estiver acima do preço de exercício.

(8) As empresas Quiport (Equador), Aeris (Costa Rica) e Curacao têm empréstimos em taxas fixas em USD.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro acima, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Financiamentos do BNDES e Finame), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

27. COMPROMISSOS VINCULADOS A CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO

a) Compromisso com o Poder Concedente

Outorga fixa

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público nos contratos que contém essa previsão, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	2012	2011	2012	2011
AutoBAn	163.033	188.766	143.255	162.057
ViaOeste	32.367	37.689	28.552	32.481
Renovias (*)	<u>16.450</u>	<u>18.136</u>	<u>12.311</u>	<u>12.931</u>
	<u>211.850</u>	<u>244.591</u>	<u>184.118</u>	<u>207.469</u>

Compromisso com o Poder Concedente por Exercício

	Valor nominal	Valor presente
2013	39.826	38.693
2014	40.000	36.828
2015	40.000	34.917
2016	43.957	35.449
2017	36.833	29.515
2017 ou posterior	<u>11.234</u>	<u>8.716</u>
	<u>211.850</u>	<u>184.118</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% ao ano, compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do exercício de 2012 foi pago ao Poder Concedente, o montante de R\$27.310, referente ao direito de outorga fixa (R\$30.661 no exercício de 2011).

A AutoBAn está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

Outorga variável - AutoBAN, ViaOeste, RodoAnel Oeste, Renovias, SPVias e CAP

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público nos contratos que contém essa previsão (total no caso da CAP), correspondente a 3% da receita bruta (15% para CAP) efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

No decorrer do exercício de 2012 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$14.682 referente ao direito de outorga variável, sendo R\$3.177 referentes à outorga variável da SPVias retida em anos anteriores, conforme descrito no subitem “c” - Outorga variável e obras a executar (R\$9.386 no exercício de 2011).

b) Compromissos relativos às concessões

As investidas assumiram os compromissos de investimentos de acordo com seus contratos de concessão a serem cumpridos até o final do prazo da concessão, nos montantes demonstrados a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
AutoBan	137.200	128.828
Nova Dutra	73.620	74.454
Ponte	5.203	5.645
Renovias (*)	32.612	34.885
RodoAnel Oeste	41.895	45.147
RodoNorte	147.229	147.119
SPVias	82.525	91.186
ViaLagos	16.115	17.552
ViaOeste	62.124	67.899
Via Quatro	<u>76.903</u>	<u>71.615</u>
	<u>675.426</u>	<u>684.330</u>

c) Outorga variável e obras a executar

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Outorga variável (a)	868	1.059
Outorga variável - SPVias (d)	2.619	2.572
Obras a executar (b)	<u>2.284</u>	-
	<u>5.771</u>	<u>3.631</u>
Obras a executar - ViaOeste (c)	819	1.053
Outorga variável - SPVias (d)	-	<u>2.427</u>
	<u>819</u>	<u>3.480</u>

(a) Refere-se à outorga variável ordinária.

(b) Refere-se à subvenção recebida pelo Poder Concedente conforme disposto no contrato de concessão da Transolímpica.

- (c) Implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias conforme Termo Aditivo Modificativo nº 7.
- (d) Retenção da outorga variável para compensação parcial do ISSQN correspondente ao período de fevereiro de 2003 a janeiro de 2005, sendo o pagamento destes valores diferidos para pagamento nos anos 2012 e 2013, conforme Termo Aditivo Modificativo nº 15.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES - CONTROLADA

- a) Início das operações do novo Aeroporto Internacional de Quito (NQIA) em 19 de fevereiro de 2013

Em 19 de fevereiro de 2013, foi inaugurado o Novo Aeroporto Internacional de Quito, no Equador (NQIA).

O aeroporto conta com modernas e seguras instalações, trazendo ainda mais desenvolvimento para a cidade e para o país. Com tecnologia avançada, o aeroporto poderá ter voos diretos para São Paulo, Nova Iorque, Madri, Santiago do Chile e Buenos Aires.

O atual Aeroporto Mariscal Sucre (MSIA) foi desativado e em seu lugar será construído um parque. Por conta de sua localização, no centro da cidade e cercado por montanhas, o terminal não pôde ser expandido para receber aeronaves maiores. Por isso, em 2006, iniciou-se a construção do NQIA.

A inauguração no novo aeroporto é parte da estratégia do grupo CCR em entrar no segmento aeroportuário, assim como a aquisição dos aeroportos de San Jose, na Costa Rica e Curaçao.

- b) Contratação de derivativos - CCR

Em 4 de fevereiro de 2013, a Companhia realizou contratação de derivativos (swap) com o HSBC Bank Brasil S.A., com valor nominal de R\$103.896, trocando 109,08% da variação do CDI para taxa pré-fixada de 8,247% ao ano. O derivativo tem vencimento em agosto de 2013 e de 2014, sendo 50% em cada uma das datas, acompanhando a amortização do principal da 5ª emissão (série 2) de debêntures da Companhia.

- c) Contratação de derivativos - ViaQuatro

Em 14 de fevereiro de 2013, a investida contratou derivativo (swap) com o Banco Bradesco, com valor nominal de R\$45.157, valor equivalente a US\$23.051 mil, trocando a variação cambial por 79,5% do CDI. O contrato tem vencimento em 18 de fevereiro de 2015.

- d) Captação em cédulas de crédito bancário - Barcas

Em 14 de janeiro de 2013, a investida realizou captação de R\$10.000 no Banco Bradesco, com remuneração através da variação do CDI mais 0,7% ao ano e com vencimento de principal e juros em 16 de abril de 2013. A captação conta com fiança bancária dos acionistas da investida, sendo 80% da CCR e 20% da JCA.

e) Liquidação antecipada e nova captação de debêntures - Renovias

Em 15 de janeiro de 2013, a Companhia emitiu 9.500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única, de valor nominal unitário de R\$10, sendo o valor total de emissão de R\$95.000.

A remuneração das debêntures é baseada na variação acumulada de 113,6% do CDI, com vencimento em 15 de janeiro de 2018 e juros remuneratórios pagos mensalmente, sendo o primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2013.

A amortização do valor nominal das debêntures ocorrerá em 37 parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela a ser paga em 15 de janeiro de 2015 e a última em seu vencimento.

O crédito foi efetuado em 29 de janeiro de 2013 e utilizado para a liquidação da 1ª emissão de debêntures.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são: (i) pagamento de dividendos ou de juros sobre capital próprio em valor superior ao mínimo legal, em caso de inadimplência, ou índice de razão entre dívida líquida e EBITDA superior a 2,5 ou ainda índice de razão entre geração de caixa e serviço da dívida inferior a 1,2; (ii) contração de novas dívidas, sem prévia aprovação dos titulares das debêntures em Assembleia Geral dos Debenturistas, que somadas às já existentes levem a um índice de razão entre dívida líquida e EBITDA superior a 2,5; (iii) oferecer em garantia de novas dívidas qualquer um de seus ativos existentes ou doravante adquiridos.

Diretoria

Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna
Diretora Presidente

Edmar Briguelli
Contador CRC 1SP161770/O-6